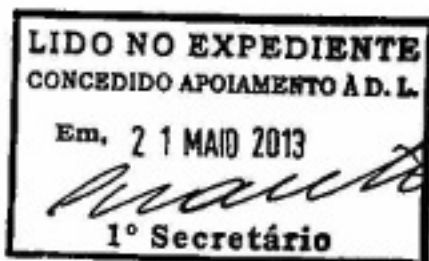




VETO PARCIAL Nº 13/2013

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.

Em, _____

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 056/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, *vetei*, parcialmente, o Projeto de Lei nº 026/2013, por considerar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 026/2013, de autoria deste Poder Executivo, proposto através da Mensagem Governamental nº 003/2013, objetiva alterar a Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, modificada pela Lei nº 14.584, de 22 de dezembro de 2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar – PETE, tendo o veto parcial incidido sobre as disposições do artigo 10.

O citado artigo foi introduzido no projeto por intermédio de Emenda Aditiva dessa Assembleia Legislativa, cujos os termos são os seguintes:

"Art. 10. A resolução de que trata o artigo anterior deverá passar pela análise e anuência do Comitê Estadual de Transporte Escolar, o qual passa a ter caráter deliberativo."

O "artigo anterior", mencionado no ora vetado artigo 10, tem a seguinte redação:

"Art. 9º Os critérios, as formas de transferência, a execução, o acompanhamento e a prestação de contas dos recursos financeiros serão disciplinados por resolução específica da Secretaria de Estado da Educação - SEED."

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 11.712.389-8.

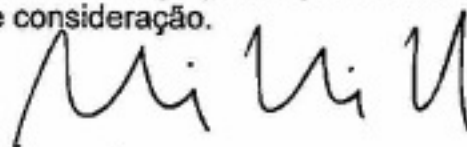
U

O não acolhimento ao referido artigo 10 se justifica em razão da inconveniência de submeter um ato administrativo normativo (Resolução), a ser expedido pela Secretaria de Educação, ao juízo do Comitê Estadual de Transporte Escolar.

Ainda que a lei possa atribuir caráter deliberativo ao Conselho Estadual de Transporte Escolar, a necessidade de prévia análise e anuência do Conselho para a edição de Resolução pela Secretaria de Estado da Educação pode tolher a autonomia administrativa da SEED, acarretando a contrariedade ao interesse público.

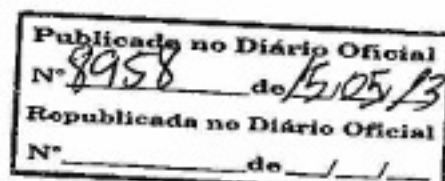
Esses são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



FLÁVIO ARNS

Governador do Estado, em exercício





Lei nº. 17.568

Data 15 de maio de 2013.

Súmula Altera a Lei nº 11.721/97, modificada pela Lei nº 14.584/04, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Para execução do Programa de que trata o art. 1º da Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, o art. 2º da referida Lei, alterado pelo art. 1º da Lei nº 14.584, de 22 de dezembro de 2004, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º A quota do transporte escolar será automaticamente repassada aos municípios, em conta específica aberta para esse fim, no valor *per capita* calculado conforme os critérios definidos em Resolução específica expedida pela Secretaria de Estado."

§ 1º Os recursos de que trata o *caput* deste artigo serão transferidos diretamente aos municípios, pela Secretaria de Estado da Educação, até o último dia útil de cada mês, no período de fevereiro a novembro do ano em curso.

§ 2º O repasse dos recursos do Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE destina-se ao pagamento de despesas de custeio de transporte escolar, executado de forma direta ou terceirizada.

§ 3º Caberá ao município a execução do recurso transferido e o planejamento da oferta do transporte dos alunos, de acordo com a realidade municipal e as necessidades do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 11.721/97 terá a seguinte redação:

"Art. 3º Caberá ao Comitê Estadual do Transporte Escolar, instituído pelo Decreto nº 2.038, de 20 de julho de 2011, acompanhar, desenvolver e normatizar a execução do transporte escolar no âmbito do Sistema Estadual de Educação Básica."

Parágrafo único. Para acompanhamento das condições de oferta do transporte escolar, ficam os municípios obrigados a cadastrarem as informações que lhes são pertinentes no Sistema de Gestão do Transporte Escolar - SIGET."

Art. 3º O art. 4º da Lei nº 11.721/97, alterado pelo art. 2º da Lei nº 14.584/04, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 4º Caberá ao município constituir o Comitê Municipal do Transporte Escolar, conforme dispõe o art. 24, § 1º, IV da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a gestão dos recursos e a qualidade do serviço do transporte escolar ofertado."

Art. 4º O art. 5º da Lei nº 11.721/97, alterado pelo art. 3º da Lei nº 14.584/04, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 5º As receitas e despesas realizadas com o Transporte Escolar serão incluídas nos relatórios e balanços dos Municípios, obedecendo à legislação nacional, bem como as normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado."

Art. 5º O art. 6º da Lei nº 11.721/97 terá a seguinte redação:

"Art. 6º Os recursos repassados dispensam convênio, acordo ou ajuste, devendo o município aplicá-los integralmente na finalidade prevista, mantendo os documentos comprobatórios devidamente arquivados no prazo previsto, nos termos da Lei Federal nº 10.880, de 09 de junho de 2004, art. 6º, § 4º, para serem avaliados pelos órgãos de controle interno e de controle externo dos Poderes Executivo e Legislativo."

Art. 6º O art. 7º da Lei nº 11.721/97, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 7º O Tribunal de Contas do Estado fiscalizará a aplicação dos recursos repassados aos Municípios, na forma da legislação em vigor."

Art. 7º O art. 8º da Lei nº 11.721/97 terá a seguinte redação:

"Art. 8º A utilização indevida dos recursos do Transporte Escolar, bem como a não observância da integralidade dos dispositivos contidos nesta Lei, implicarão na suspensão dos repasses, sem prejuízo das demais cominações legais."

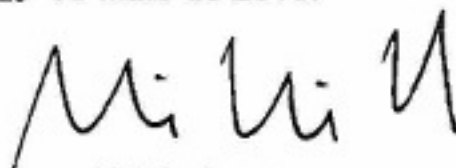
Art. 8º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar ao orçamento da Secretaria de Estado da Educação para dar atendimento às atividades do Programa.

Art. 9º Os critérios, as formas de transferência, a execução, o acompanhamento e a prestação de contas dos recursos financeiros serão disciplinados por resolução específica da Secretaria de Estado da Educação - SEED.

Art.10. ...Vetado...

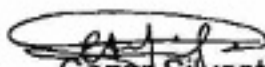
Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de maio de 2013.



Flávio Arns
Governador do Estado, em exercício

Jorge Eduardo Wekerlin
Secretário de Estado da Educação, em exercício



César Silvestri
Secretário de Estado de Governo

| |
|-------------------------------|
| Publicada no Diário Oficial |
| Nº 8358 de 15/05/13 |
| Republicada no Diário Oficial |
| Nº _____ de ____/____/____ |

Poder Executivo

Lei nº 17.565

Data 15 de maio de 2013.

Síntese: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Maringá.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Maringá, da Dese nº 1, Quadra 31, Zona 3, com área de 6.000,00 m², Transcrição nº 7.475, registrada no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Maringá.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para o serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º O município terá o prazo de 02 (dois) anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de maio de 2013.

Flávio Arns
Governador do Estado, em exercício

Dioneli Berto Portugal Nogueira
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Cezar Silvestri
Secretário de Estado do Governo

Lei nº 17.566

Data 15 de maio de 2013.

Síntese: Declara de Utilidade Pública o Instituto UNIFAMMA, com sede e foro no Município de Maringá.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto UNIFAMMA, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de maio de 2013.

Flávio Arns
Governador do Estado, em exercício

Fernanda Bernardi Vieira Riche
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

Cezar Silvestri
Secretário de Estado do Governo

Cezar Silvestri Filho
Deputado Estadual

Lei nº 17.567

Data 15 de maio de 2013.

Síntese: Declara de Utilidade Pública a Organização Missão Restaurar, com sede e foro no Município de Rolândia.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Organização Missão Restaurar, com sede e foro no Município de Rolândia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de maio de 2013.

Flávio Arns
Governador do Estado, em exercício

Fernanda Bernardi Vieira Riche
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

Cezar Silvestri
Secretário de Estado do Governo

Carolina Maria Lima
Deputada Estadual

43284/2013

Lei nº 17.568

Data 15 de maio de 2013.

Síntese: Altera a Lei nº 11.721/97, modificada pela Lei nº 14.584/04, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte

Escolar - PETE.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Para execução do Programa de que trata o art. 1º da Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, o art. 2º da referida Lei, alterado pelo art. 1º da Lei nº 14.584, de 22 de dezembro de 2004, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º A quota do transporte escolar será automaticamente repassada aos municípios, em conta específica aberta para esse fim, no valor por capita calculado conforme os critérios definidos em Resolução específica expedida pela Secretaria de Estado.

§ 1º Os recursos de que trata o caput deste artigo serão transferidos diretamente aos municípios, pela Secretaria de Estado da Educação, até o último dia útil de cada mês, no período de fevereiro a novembro do ano em curso.

§ 2º O repasse dos recursos do Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE destina-se ao pagamento de despesas de custos do transporte escolar, executado de forma direta ou terceirizada.

§ 3º Caberá ao município a execução do recurso transferido e o planejamento da oferta do transporte dos alunos, de acordo com a realidade municipal e as necessidades do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 11.721/97 terá a seguinte redação:

Art. 3º Caberá ao Comitê Estadual de Transporte Escolar, instituído pelo Decreto nº 2.038, de 20 de julho de 2011, acompanhar, desenvolver e normatizar a execução do transporte escolar no âmbito do Sistema Estadual de Educação Básica.

Parágrafo único. Para acompanhamento das condições de oferta do transporte escolar, ficam os municípios obrigados a cadastrarem as informações que lhes são pertinentes no Sistema de Gestão do Transporte Escolar - SIGET.

Art. 3º O art. 4º da Lei nº 11.721/97, alterado pelo art. 2º da Lei nº 14.584/04, passará a ter a seguinte redação:

Art. 4º Caberá ao município constituir o Comitê Municipal de Transporte Escolar, conforme dispõe o art. 24, § 1º, IV da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar o gestão dos recursos e a qualidade do serviço do transporte escolar ofertado.

Art. 4º O art. 5º da Lei nº 11.721/97, alterado pelo art. 3º da Lei nº 14.584/04, passará a ter a seguinte redação:

Art. 5º As receitas e despesas realizadas com o Transporte Escolar serão incluídas nos relatórios e balanços dos Municípios, obedecendo à legislação nacional, bem como as normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 5º O art. 6º da Lei nº 11.721/97 terá a seguinte redação:

Art. 6º Os recursos repassados dispensam convênio, acordo ou ajuste, devendo o município aplicá-los integralmente na finalidade prevista, mantendo os documentos comprobatórios devidamente arquivados no prazo previsto, nos termos da Lei Federal nº 10.880, de 09 de junho de 2004, art. 6º, § 4º, para serem avaliados pelos órgãos de controle interno e de controle externo dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 6º O art. 7º da Lei nº 11.721/97, passará a ter a seguinte redação:

Art. 7º O Tribunal de Contas do Estado fiscalizará a aplicação dos recursos repassados aos Municípios, na forma da legislação em vigor.

Art. 7º O art. 8º da Lei nº 11.721/97 terá a seguinte redação:

Art. 8º A utilização indevida dos recursos do Transporte Escolar, bem como a não observância da integralidade dos dispositivos contidos nesta Lei, implicarão na suspensão dos repasses, sem prejuízo das demais cominações legais.

Art. 8º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar ao orçamento de Secretaria de Estado da Educação para dar andamento às atividades do Programa.

Art. 9º Os critérios, as formas de transferência, a execução, o acompanhamento e a prestação de contas dos recursos financeiros serão disciplinados por resolução específica da Secretaria de Estado da Educação - SEED.

Art. 10. ... Vetado...

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de maio de 2013.

Flávio Arns
Governador do Estado, em exercício

Jorge Eduardo Wikström
Secretário de Estado da Educação, em exercício

Cezar Silvestri
Secretário de Estado do Governo

AJEP/PR 11.721/97-4

OF/CTE/ACC nº 120/2013, Curitiba, 15 de maio de 2013.

Senhor Presidente,

Terço a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 056/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que,

145/13

132/11

168/12

26/13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 26/13 (Autoria do Poder Executivo)



Altera a Lei nº 11.721/97, modificada pela Lei nº 14.584/04, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Para execução do Programa de que trata o art. 1º da Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, o art. 2º da referida Lei, alterado pelo art. 1º da Lei nº 14.584, de 22 de dezembro de 2004, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º A quota do transporte escolar será automaticamente repassada aos municípios, em conta específica aberta para esse fim, no valor *per capita* calculado conforme os critérios definidos em Resolução específica expedida pela Secretaria de Estado."

§ 1º Os recursos de que trata o *caput* deste artigo serão transferidos diretamente aos municípios, pela Secretaria de Estado da Educação, até o último dia útil de cada mês, no período de fevereiro a novembro do ano em curso.

§ 2º O repasse dos recursos do Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE destina-se ao pagamento de despesas de custeio de transporte escolar, executado de forma direta ou terceirizada.

§ 3º Caberá ao município a execução do recurso transferido e o planejamento da oferta do transporte dos alunos, de acordo com a realidade municipal e as necessidades do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 11.721/97 terá a seguinte redação:

"Art. 3º Caberá ao Comitê Estadual do Transporte Escolar, instituído pelo Decreto nº 2.038, de 20 de julho de 2011, acompanhar, desenvolver e normatizar a execução do transporte escolar no âmbito do Sistema Estadual de Educação Básica.

Parágrafo único. Para acompanhamento das condições de oferta do transporte escolar, ficam os municípios obrigados a cadastrarem as informações que lhes são pertinentes no Sistema de Gestão do Transporte Escolar - SIGET."

Art. 3º O art. 4º da Lei nº 11.721/97, alterado pelo art. 2º da Lei nº 14.584/04, passará a ter a seguinte redação:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 26/13

fls.2.

"Art. 4º Caberá ao município constituir o Comitê Municipal do Transporte Escolar, conforme dispõe o art. 24, § 1º, IV da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a gestão dos recursos e a qualidade do serviço do transporte escolar ofertado."

Art. 4º O art. 5º da Lei nº 11.721/97, alterado pelo art. 3º da Lei nº 14.584/04, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 5º As receitas e despesas realizadas com o Transporte Escolar serão incluídas nos relatórios e balanços dos Municípios, obedecendo à legislação nacional, bem como as normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado."

Art. 5º O art. 6º da Lei nº 11.721/97 terá a seguinte redação:

"Art. 6º Os recursos repassados dispensam convênio, acordo ou ajuste, devendo o município aplicá-los integralmente na finalidade prevista, mantendo os documentos comprobatórios devidamente arquivados no prazo previsto, nos termos da Lei Federal nº 10.880, de 09 de junho de 2004, art. 6º, § 4º, para serem avaliados pelos órgãos de controle interno e de controle externo dos Poderes Executivo e Legislativo."

Art. 6º O art. 7º da Lei nº 11.721/97, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 7º O Tribunal de Contas do Estado fiscalizará a aplicação dos recursos repassados aos Municípios, na forma da legislação em vigor."

Art. 7º O art. 8º da Lei nº 11.721/97 terá a seguinte redação:

"Art. 8º A utilização indevida dos recursos do Transporte Escolar, bem como a não observância da integralidade dos dispositivos contidos nesta Lei, implicarão na suspensão dos repasses, sem prejuízo das demais cominações legais."

Art. 8º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar ao orçamento da Secretaria de Estado da Educação para dar atendimento às atividades do Programa.

Art. 9º Os critérios, as formas de transferência, a execução, o acompanhamento e a prestação de contas dos recursos financeiros serão disciplinados por resolução específica da Secretaria de Estado da Educação - SEED.

Art.10. A resolução de que trata o artigo anterior deverá passar pela análise e anuência do Comitê Estadual de Transporte Escolar, o qual passa a ter caráter deliberativo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

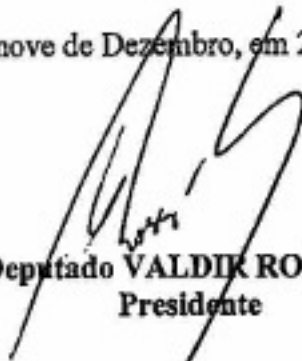


Projeto de Lei nº 26/13

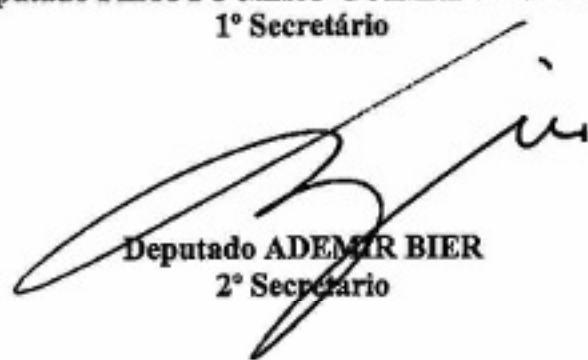
fls.3.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 23 de abril de 2013.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 26/13

fls.4.



JUSTIFICATIVA

Com a aprovação da Lei nº 11.721, de 20 de maio de 1997, o Governo do Estado do Paraná instituiu o Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados e o acesso à educação dos alunos da rede pública de ensino.

Essa Lei estabeleceu o modo de transferência e a forma de definição dos valores a serem transferidos, bem como assegurou a possibilidade dos municípios celebrarem termo de convênio com o Estado, ajustando a realização do transporte escolar e o repasse de recursos para suprir as despesas decorrentes dessa atividade.

Por meio da Lei nº 14.584, de 22 de dezembro de 2004, a Lei de 1997 sofreu sua primeira alteração, com modificação na forma de transferência dos recursos e os mecanismos de controle social.

Desde 2004 muitos avanços foram obtidos na execução do PETE. Foram ampliados principalmente os mecanismos de controle social de transferência de recursos, da prestação de contas e, o mais importante, de acompanhamento da qualidade da oferta do transporte escolar em todo o Estado, e ainda:

- a criação do Comitê Estadual do Transporte Escolar, pelo Decreto Estadual nº 2.038, de 20 de julho de 2011, com a função de acompanhar, desenvolver e normatizar a execução do transporte escolar no âmbito do Sistema Estadual de Educação Básica;

- a instituição, em 2011, dos Comitês Municipais do Transporte Escolar, em que representantes das escolas estaduais, da Secretaria Municipal de Educação e de pais e professores acompanham e fiscalizam, em nível local, a prestação dos serviços de transporte em seus vários aspectos;

- a implantação do Sistema de Gestão do Transporte Escolar - SIGET, recurso instrumental, disponível pela *internet* de modo gratuito e aberto para uso institucional, destinado a integrar todos os recursos metodológicos, dados e produtos informativos construídos pelo Governo do Estado e municípios.

É importante mencionar que o SIGET permitiu a transferência de recursos de modo equânime e mais próximo à realidade, por consolidar todos os dados necessários para o conhecimento do custo do transporte escolar de cada município. Em 2012, os recursos do PETE foram transferidos tendo por base o custo/aluno/quilômetro. Há que se ressaltar o significado dessa medida, demanda histórica dos municípios paranaenses, atualmente possível de ser realizada por meio da instituição do SIGET.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 26/13

fls.5.



Entende-se que esses são avanços significativos para a melhoria da oferta do transporte escolar no Paraná e que não podem sofrer solução de continuidade. Por essa razão é que se apresenta o presente Projeto de Lei, objetivando alterar a Lei nº 11.721/97. Mesmo com as alterações realizadas em 2004, a Lei está aquém da realidade e arranjo institucional em vigor. Os instrumentos constituídos necessitam ser regulamentados, para que não se interrompa esse processo evolutivo para maior qualidade dos serviços prestados.

Ademais, há que se reconhecer que a realidade é dinâmica e que os instrumentos legais, jurídicos administrativos e outros são produtos e expressões de sua época. Nessa condição, eles se mantêm livres de ajustes e alterações na proporção em que permanecem compatíveis com a história. No caso do PETE, a Lei que o instituiu apresenta anacronismos que precisam ser corrigidos.

Vale mencionar que a alteração proposta neste Projeto de Lei não implica em alteração no volume de recursos advindos do Tesouro do Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 13/2013

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 13/2013

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 026/2013, de autoria do Poder Executivo, que altera a lei nº 11.721/1997, modificada pela lei nº 14.584/2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir o programa Estadual de transporte escolar aos alunos da rede pública de ensino do Estado.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 026/2013, de autoria do Poder Executivo, que altera a lei nº 11.721/1997, modificada pela lei nº 14.584/2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir o programa Estadual de Transporte escolar aos alunos da rede pública de ensino do Estado, tendo sido parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 026/2013 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo na data de 30 de Abril de 2013, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 13/2013, foi exarada em data de 15 de maio de 2013, sendo desta maneira tempestivo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




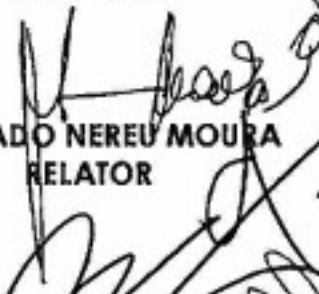
Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO


Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR


APROVADO


28/05/2013



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 137/13

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e Execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2014.

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 133, § 3º, da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2014, compreendendo:

- I - as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;
- III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV - a estrutura e organização dos orçamentos;
- V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI - os ajustamentos do Plano Plurianual;
- VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VIII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- IX - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- X - disposições transitórias;
- XI - demais disposições.

CAPÍTULO I
DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Pública Estadual, para o exercício de 2014, serão estabelecidas no Projeto de Lei do Plano Plurianual, relativo ao período de 2012 a 2015, desdobradas em ações dos programas a seguir discriminados:

- Programa Acesso à Justiça;
- Programa Desenvolvimento das Cidades;
- Programa Desenvolvimento Integrado da Cidadania/PDI-CIDADANIA;
- Programa Desenvolvimento Sustentável e Abastecimento;
- Programa Desenvolvimento Sustentável do Turismo;
- Programa Educação para Todos;
- Programa Energia;
- Programa Excelência no Ensino Superior;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Programa Inova Educação;
Programa Morar Bem Paraná;
Programa Paraná Competitivo;
Programa Paraná Inovador;
Programa Paraná Seguro;
Programa Paraná Sustentável;
Programa Paraná Tem Cultura;
Programa Paraná Esporte, Lazer e Atividade Física;
Programa Proteção e Desenvolvimento Social;
Programa Rede Paraná Multimodal de Transportes e Logística;
Programa Saúde para Todo Paraná;
Programa Trabalho, Emprego e Empreendimentos Solidários;
Programa Universalização do Saneamento Básico;
Programa Gestão Estratégica;
Programa Gestão Administrativa;
Programa Gestão de Serviços;
Programa Gestão Institucional - Outros Poderes e Ministério Público;
Programa Obrigações Especiais.

Art. 3º No Projeto de Lei Orçamentária Anual, a destinação dos recursos relativos a programas sociais, definidos no Plano Plurianual, conferirá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

CAPÍTULO II
DA PROJEÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DA
RECEITA PARA O EXERCÍCIO

Art. 4º A Receita de Recolhimento Centralizado, para o exercício de 2014, será apresentada no seu demonstrativo, com a previsão de 100% (cem por cento) do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, resultando numa Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria Conjunta SOF/STN nº 01, de 30 de junho 2009.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Receita de Recolhimento Centralizado o Grupo de receita dedutível correspondente a parcela a ser transferida por interferência financeira para complementação dos recursos destinados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná.

Art. 5º As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2014, estão estimadas no



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

valor aproximado de R\$ 35.521.658.681,00 (trinta e cinco bilhões, quinhentos e vinte e um milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e oitenta e um reais).

Art. 6º As receitas previstas no artigo anterior e consequentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, serão atualizadas por ocasião da elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2014, desde que sejam verificadas alterações nos índices de atualização de preços que justifiquem uma reavaliação da previsão da receita.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à atualização dos valores constantes do Orçamento Geral do Estado de 2014, estabelecidos a preços de 30 de junho de 2013, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2013.

CAPÍTULO III
DOS CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 7º A elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público obedecerá aos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas, exceto à Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.

| | |
|--------------------------------|------|
| I - PODER LEGISLATIVO | 5,0% |
| II - PODER JUDICIÁRIO | 9,5% |
| III - MINISTÉRIO PÚBLICO | 4,1% |

Parágrafo único. Do percentual de 5,0% (cinco por cento) destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,9% (um vírgula nove por cento).

Art. 8º O Poder Executivo destinará na Lei Orçamentária de 2014 para a Defensoria Pública recursos no montante de R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais).

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar o Orçamento da Defensoria Pública, caso os recursos previstos no caput demonstrarem ser insuficientes, desde que as condições financeiras do Tesouro Geral do Estado permitam, não sendo computada esta suplementação no percentual de 5% (cinco por cento) previsto no art. 37 desta Lei.

Art. 9º O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2014 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após a dedução dos recursos destinados:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

- I - à transferência das parcelas da Receita de Recolhimento Centralizado, pertencentes aos municípios;
- II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, de acordo com os limites percentuais definidos nos incisos do art. 7º desta Lei;
- III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;
- IV - ao pagamento do serviço da dívida;
- V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o art. 205 da Constituição Estadual, com a Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná, com o Decreto Estadual nº 1.952, de 24 de outubro de 2003 e demais normas legais;
- VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo no mínimo a 30% (trinta por cento), da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos, de acordo com o art. 185 da Constituição Estadual, dos quais 25% (vinte e cinco por cento) caberão à Secretaria de Estado da Educação e 5% (cinco por cento) com despesas do Ensino Superior ;
- VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, regulamentada pela Lei Complementar nº 141, de 2012, correspondendo para 2014 a 12% (doze por cento), da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos;
- VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;
- IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com Entidades Nacionais e Internacionais;
- X - às contribuições do Estado ao Sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;
- XI - ao pagamento de sentenças judiciais;
- XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no art. 36 desta Lei.

§ 1º As despesas com ações e serviços públicos de saúde a que se refere o inciso VII do *caput* deste artigo, que representam os 12% (doze por cento) da Receita Líquida de Impostos do Tesouro Geral do Estado, são aquelas relativas à prevenção, promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:

- a) vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica e a sanitária;
- b) atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais;
- c) capacitação do pessoal de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);
- d) desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovidos por instituições do SUS;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

- e) produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS, tais como: imunobiológicos, sangue e hemoderivados, medicamentos e equipamentos médico-odontológicos;
- f) saneamento básico de domicílios ou de pequenas comunidades, desde que seja aprovado pelo Conselho de Saúde do ente da Federação financiador da ação e esteja de acordo com as diretrizes das demais determinações previstas na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
- g) saneamento básico dos distritos sanitários especiais indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos;
- h) manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças;
- i) investimento na rede física do SUS, incluindo a execução de obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de estabelecimentos públicos de saúde;
- j) remuneração do pessoal ativo da área de saúde em atividade nas ações de que trata este artigo, incluindo os encargos sociais;
- k) ações de apoio administrativo realizadas pelas instituições públicas do SUS e imprescindíveis à execução das ações e serviços públicos de saúde; e
- l) gestão do sistema público de saúde e operação de unidades prestadoras de serviços públicos de saúde.

§ 2º Os recursos a que se refere o inciso VII deste artigo serão alocados na Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 10. Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2014 à Assembleia Legislativa.

CAPÍTULO IV
DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11. Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, discriminarão o programa de trabalho por:

- I - Unidade Orçamentária;
- II - Função;
- III - Subfunção;
- IV - Programa;
- V - Projeto, Atividade ou Operação Especial;
- VI - Categoria Econômica da Despesa;
- VII - Grupo de Despesa;
- VIII - Modalidade de Aplicação; e
- IX - Grupo de Fontes.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

§ 1º Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função, a subfunção e o programa ao qual se vincula.

§ 2º Os conceitos de função, subfunção e programa, são aqueles dispostos na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999.

§ 3º Cada programa terá as ações necessárias para atingir os seus objetivos, identificadas sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, com a especificação dos valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela sua realização.

§ 4º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

§ 5º Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o inciso VII deste artigo, constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme especificação a seguir:

DESPESAS CORRENTES

Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais

Grupo 2 - Juros e Encargos da Dívida

Grupo 3 - Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Grupo 4 - Investimentos

Grupo 5 - Inversões Financeiras

Grupo 6 - Amortização da Dívida

§ 6º A Modalidade de Aplicação a que se refere o inciso VIII deste artigo, destina-se a indicar a forma como os recursos serão aplicados pelas unidades orçamentárias, e observará o seguinte detalhamento:

- 20 – Transferências à União;
- 22 – Execução Orçamentária delegada à União;
- 30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal;
- 31 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo;
- 32 – Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal;
- 35 – Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 36 – Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 40 – Transferências a Municípios;
- 41 – Transferências a Municípios – Fundo a Fundo;
- 42 – Execução Orçamentária Delegada a Municípios;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

- 45 – Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 46 – Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
- 60 – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos;
- 70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais;
- 71 – Transferências a Consórcios Públicos;
- 72 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos;
- 73 – Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 74 – Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 75 – Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 76 – Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 80 – Transferências ao Exterior;
- 90 – Aplicações Diretas;
- 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- 93 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe;
- 94 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe;
- 95 – Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 96 – Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 99 – A definir (utilizado no Orçamento do Estado do Paraná apenas para caracterizar as despesas oriundas de emendas legislativas).

§ 7º Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o inciso IX deste artigo, constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

GRUPO 01 - RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 100 - Ordinário não Vinculado;

Fonte 102 - Receita Condicionada da Contribuição do Servidor Público;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

- Fonte 103 - Receita Condicionada da Lei Complementar nº 87, de 1996;
- Fonte 104 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE;
- Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros;
- Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;
- Fonte 108 - Receita de Alienação de Outros Bens Móveis e Imóveis;
- Fonte 109 - Recursos Provenientes de Percentual sobre a Venda de Bilhetes de Passagens Intermunicipais para ações voltadas à Criança e ao Adolescente;
- Fonte 110 - Recursos para Estatização das Serventias do Foro Judicial;
- Fonte 111 - Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis em Encampação de Rodovias;
- Fonte 112 - Retornos dos Programas PROSAM/PEDU/ PARANASAN;
- Fonte 113 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná - FUNESP/PR;
- Fonte 114 - Receita da Escola de Governo/SEAP;
- Fonte 115 - Receita Excedente dos Colégios Agrícolas;
- Fonte 123 - Renda do Fundo Penitenciário;
- Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública - FUNSAUDE;
- Fonte 125 - Venda de Ações e/ou Devolução de Créditos ou de Capital Subscrito/Integralizado ou não;
- Fonte 126 - Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;
- Fonte 127 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária - FEAP;
- Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco - FUNREFISCO;
- Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 11.091/1995;
- Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;
- Fonte 138 - Taxa Ambiental;
- Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais - FDU;
- Fonte 147 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas ao Tesouro Geral do Estado por Determinação Legal.

GRUPO 09 - CONVÊNIOS DO TESOIRO - compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;
- Fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior;
- Fonte 148 - Outros Convênios.

GRUPO 10 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - compreendendo as seguintes

fontes:

- Fonte 116 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

- Fonte 117 - Transferências da União – SUS;
- Fonte 118 - Recursos Provenientes de Indenização da PETROBRAS;
- Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

GRUPO 15 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOUREIRO – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 120 - Operações de Crédito Internas;
- Fonte 142 - Operação de Crédito Externa/BIRD;
- Fonte 143 - Operação de Crédito Externa/BID;
- Fonte 144 - Outras Operações de Crédito Externas.

GRUPO 95 – RECURSOS DE OUTRAS FONTES – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 250 - Diretamente Arrecadados;
- Fonte 251 - Operação de Crédito Interna;
- Fonte 252 - Operação de Crédito Externa;
- Fonte 254 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro – FUNRESTRAN;
- Fonte 256 - Reposição Florestal – SERFLOR;
- Fonte 257 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas à Entidades da Administração Indireta por Determinação Legal;
- Fonte 258 - Diretamente Arrecadados com Utilização Vinculada;
- Fonte 270 - Aumento de Capital Social;
- Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais;
- Fonte 283 - Transferências e Convênios com o Exterior;
- Fonte 284 - Outros Convênios / Outras Transferências.

Art. 12. O Orçamento de Investimento abrangerá as empresas independentes nas quais o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto, e dele constarão todos os investimentos a serem realizados, independentemente da fonte de financiamento utilizada.

Art. 13. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista não Dependentes, terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacados por projeto/atividade, segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como, na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento do Projeto da LDO de 2014 à Assembleia Legislativa.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, a criação de novas fontes decorrentes de alterações de legislação ou de Operações de Crédito efetivadas após o encaminhamento do Projeto da LDO de 2014 à Assembleia Legislativa, dando ciência à Assembleia Legislativa.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 16. O Programa de Obras será apresentado no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual, por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no art. 133, § 7º da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo único. As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, devendo ser identificadas no Anexo V pelo Indicativo (A) em andamento.

Art. 17. O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no art. 22, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, conterá:

- I- exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado, metas fiscais para o exercício de 2014, o quadro resumo do saldo devedor da dívida pública consolidada e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;
- II- texto da Lei;
- III - Anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros-resumo das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;
- IV- Anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;
- V- Anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o art. 133, § 6º, incisos I e II, da Constituição do Estado do Paraná;
- VI- Anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o art. 133, § 6º, inciso III, da Constituição do Estado do Paraná;
- VII- Anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no art. 133, § 7º, da Constituição do Estado do Paraná;
- VIII- Anexo VI contendo o demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais, no que se refere a:
 - a) Poder Legislativo;
 - b) Poder Judiciário;
 - c) Ministério Público;
 - d) Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público;
 - e) Ações e Serviços Públicos de Saúde; e
 - f) Ciência e Tecnologia;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

- IX - Anexo VII - contendo o demonstrativo do Orçamento de Seguridade composto pelos Fundos Previdenciários, geridos pela PARANAPREVIDENCIA;
- X - Anexo VIII - contendo as proposições parlamentares relativas às emendas à despesa;
- XI - Anexo IX - contendo as proposições parlamentares relativas às emendas ao conteúdo programático;
- XII - Anexo X - contendo os cancelamentos efetuados para suportarem as emendas à despesa;
- XIII - Anexo XI - contendo as proposições parlamentares relativas às emendas coletivas.

CAPÍTULO V
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS
ORÇAMENTOS DO ESTADO

Art. 18. A elaboração do Projeto de Lei, a sua aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2014, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo o acesso da sociedade às informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como, levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá estabelecer programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 19. Os repasses de recursos aos outros Poderes e ao Ministério Público ocorrerão mensalmente, nos percentuais estabelecidos por esta Lei, calculados sobre a previsão mensal de realização da receita e não com relação ao duodécimo dos valores orçados, compensando no mês seguinte o montante de repasse para mais ou para menos de acordo com a efetiva arrecadação do mês.

Art. 20. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, os outros Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 21. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 12 de setembro de 2013, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

11



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Parágrafo único. No caso dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público não apresentarem suas propostas orçamentárias até o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a lançar os valores dentro dos limites fixados, utilizando como base a Lei Orçamentária do exercício anterior.

Art. 22. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites estabelecidos nesta Lei, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 23. A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA.

Art. 24. Na programação da despesa não poderão ser:

- I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;
- III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal e do art. 135, § 2º, da Constituição Estadual;
- IV - classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;
- V - incluídas em Projetos ou Atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;
- VI - fixadas despesas com valores simbólicos;
- VII - incluídas despesas decorrentes de "transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual", ou seja, de transferências dentro da mesma esfera de Governo (vedada duplicidade de receita).

Art. 25. As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente às despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 26. As unidades da administração indireta, deverão programar em seus orçamentos, recursos para pagamento de PASEP com recursos próprios, no mínimo no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor da sua receita própria, ou seja, da sua receita diretamente arrecadada.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 27. Os recursos do Tesouro Geral do Estado destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades; para evitar duplicidade, esses recursos serão apenas demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do tesouro estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 28. O Orçamento Fiscal conterá Projetos/Atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado para compor o seu Orçamento de Investimento.

Art. 29. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, conterá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 30. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015.

Art. 31. As despesas destinadas ao pagamento de sentenças judiciais correrão a conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais, especificadas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos e na Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da SEFA.

§ 1º As unidades da administração indireta que tenham sentenças judiciais transitadas em julgado de pequeno valor, deverão programar em seus orçamentos o valor dos mesmos com recursos próprios.

§ 2º Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo (Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais), até o dia 20 de julho de 2013, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2013, para serem incluídos no orçamento de 2014, especificando:

- I- número da ação originária;
- II- número do precatório;
- III- tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV- enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V- data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- VI- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2013, conforme art. 98, § 5º, da Constituição do Estado do Paraná);
- VII- cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 32. Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão/Unidade celebrante do contrato.

13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

§ 1º A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação, todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, será realizada no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações posteriores, na Portaria nº 339 STN, de 29 de agosto de 2001 e no Decreto Estadual nº 5.975, de 22 de julho de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 33. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 34. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do art. 78, § 2º, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000, em relação às Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 35. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços das Unidades da Administração Indireta do Poder Executivo, para atender programas prioritários de Governo.

Art. 36. A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência no montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 37. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2014, conterá autorizações para abertura de créditos adicionais até o limite percentual de 5% (cinco por cento) do valor global da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, excetuando-se as dotações referentes a recursos de Convênios, Acordos Nacionais e de Agentes Financeiros Internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício.

Art. 38. Na Lei Orçamentária Anual, as despesas com amortizações, juros e demais encargos da dívida serão fixados com base nas operações contratadas ou com autorizações concedidas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária à Assembleia Legislativa.

Parágrafo único. O Poder Executivo encaminhará juntamente com a proposta orçamentária para 2014:

1 – quadro detalhado de cada operação de crédito, incluindo credor, taxa de juros, sistemática de atualização e cronograma de pagamento do serviço da dívida;

2 – quadro demonstrativo da previsão de pagamento do serviço da dívida para 2014, incluindo modalidade de operação, valor do principal, juros e demais encargos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

CAPÍTULO VI
DOS AJUSTAMENTOS DO PLANO PLURIANUAL

Art. 39. Fica o Poder Executivo autorizado a fixar as devidas estimativas de recursos e demais atributos para o período de 2014 a 2015, para as iniciativas incorporadas ao Plano Plurianual pelas Leis Orçamentárias de 2014 e 2015, conforme art. 5º e 6º, da Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Art. 40. Conforme inciso VI do § 3º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná, ficam alterados os indicadores e as iniciativas do Plano Plurianual para os anos de 2013 a 2015, de acordo com o anexo III e anexo IV desta Lei.

§ 1º Fica, também, o Poder Executivo autorizado a proceder as adequações aos atributos dos Programas e Iniciativas do PPA, para o período de 2014 a 2015, decorrentes das modificações institucionais aprovadas.

§ 2º As ações e metas do Plano Plurianual poderão ser objeto de Parcerias Público – Privadas, consoante o disposto no inciso V do art.12 da Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 41. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual, serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de agosto de 2013, em especial:

- I - as modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;
- II - a concessão e redução de isenções fiscais;
- III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e
- IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 2º Do cálculo da Receita Corrente Líquida, serão excluídos os valores referentes aos deferimentos ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o art. 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 2000.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL E
ENCARGOS SOCIAIS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES, COM BASE NA RECEITA
CORRENTE LÍQUIDA

Art. 42. No exercício financeiro de 2014, as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e Ministério Público, assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º A repartição dos limites globais, de acordo com o art. 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

- a) 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;
- b) 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Judiciário;
- c) 49% (quarenta e nove por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Executivo;
- d) 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Ministério Público Estadual.

§ 3º As contratações de pessoal e movimentações de quadros que impliquem em alterações salariais ou incremento de despesas de que trata o art. 169, § 1º, da Constituição Federal, somente poderão ocorrer se houver recursos orçamentários suficientes e se forem atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 43. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo, será estabelecido dentro de um limite de gasto considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESTINAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES
DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 44. O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício, não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento, conforme determina o § 2º do art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 45. As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que, o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2014, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida do Estado.

Art. 46. As receitas provenientes das Operações de Crédito em negociação, estão incorporadas à receita prevista do Plano Plurianual – PPA 2012 – 2015 e serão incorporadas as mesmas na Lei Orçamentária Anual – LOA para 2014.

Art. 47. A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

- I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de crédito ao pequeno e médio empreendedor agrícola, industrial e comercial;
- II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso às formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;
- III - fomentar investimentos em atividades produtivas setoriais;
- IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;
- V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia;
- VI - fomentar e apoiar projetos destinados à implantação e desenvolvimento de iniciativas econômicas de natureza solidária, cooperativa e participativa, nas áreas de produção, distribuição e consumo;
- VII - fomentar a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica, à melhoria da competitividade da economia, a estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do MERCOSUL e à geração de empregos;
- VIII - prestar o apoio financeiro necessário à execução das ações voltadas à realização da COPA FIFA 2014;
- IX - à participação do Estado na implantação de sistema de transporte rápido de massa;
- X - fomentar investimentos e apoiar projetos regionais voltados à melhoria e à consolidação da infraestrutura rodoviária, aeroportuária, ferroviária e aquaviária do Estado;
- XI - os empréstimos e financiamentos concedidos pela Agência de Fomento, deverão garantir, no mínimo a remuneração dos custos operacionais e de administração dos recursos, assegurando sua auto sustentabilidade financeira, ressalvados os casos disciplinados por legislação específica.

§ 1º A Agência de Fomento do Paraná observará, nos financiamentos concedidos, as políticas de redução das desigualdades sociais e regionais, de geração de emprego e renda, de preservação e melhoria do meio ambiente, de incentivo ao aumento da participação de fontes de energias renováveis na Matriz Energética Paranaense, de ampliação e melhoria da infraestrutura e

crescimento, modernização e ampliação da competitividade do parque produtivo paranaense, das



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

atividades comerciais e de serviço sediados no Estado, do turismo e do agronegócio, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico.

§ 2º A concessão de operações de crédito com os Municípios ou quaisquer entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública Municipal fica condicionada à outorga de garantias, na forma estabelecida pela agência financeira oficial de fomento.

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 48. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2014, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

CAPÍTULO XI
DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 49. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas em conformidade com o disposto no art. 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º Não poderão ser cancelados recursos correspondentes a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados e manutenção mínima dos órgãos e unidades da administração pública, para se constituírem em recursos de emendas à despesa.

§ 2º Não poderão ser canceladas dotações com recursos próprios (fontes 250 a 284), exceto quando se tratar de remanejamento de recursos dentro da unidade arrecadadora.

§ 3º Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

Art. 50. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da Lei Orçamentária Anual até 31 de dezembro de 2013, fica o Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante, para o atendimento das seguintes despesas:

- I- Pessoal e Encargos Sociais;
- II- Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, por repartição de receitas;
- III- Serviços da Dívida;
- IV- PASEP;
- V- Precatórios; e
- VI- Demais Despesas, à razão de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 51. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de vinte dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, na forma do disposto no art. 6º desta Lei.

Art. 52. O Poder Executivo poderá destinar recursos para implementação das diretrizes e ações previstas no Programa Estadual de Direitos Humanos.

Art. 53. O Estado poderá destinar recursos para implementação das diretrizes e ações previstas no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

Art. 54. O Estado poderá destinar recursos para implementação das diretrizes e ações previstas no Programa Saúde para todo Paraná.

Art. 55. O Estado poderá destinar recursos para implementação das diretrizes e ações previstas no Programa Paraná Esporte, Lazer e Atividade Física.

Art. 56. Fica o Poder Executivo autorizado a criar e incluir no Plano Plurianual – PPA e na Lei Orçamentária Anual – LOA o Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios – PAM.

Art. 57. As transferências voluntárias de recursos do Estado para os Municípios, a título de cooperação, auxílios ou assistência financeira, dependerão da comprovação, por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que se encontra em conformidade com o disposto no art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 58. Observando o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, caso seja necessário proceder a limitação de empenho e movimentação financeira, para cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, o percentual de redução deverá incidir sobre o total de atividades e sobre o de projetos, separadamente, calculado de forma proporcional à participação de cada Poder, do Ministério Público e da Defensoria Pública, excluídas as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

Art. 59. O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Comunicação Social, publicará no Diário Oficial, trimestralmente, relatório detalhado contendo despesas efetuadas com publicidade.

Art. 60. O Governo do Estado publicará no Diário Oficial, trimestralmente, demonstrativo dos repasses por Universidades e Faculdades Estaduais, contendo a receita prevista e a realizada a cada mês, disponibilizando-o por meio eletrônico pela Secretaria da Fazenda.

Art. 61. A destinação de recursos orçamentários às Entidades Privadas sem fins lucrativos deverá observar o disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 62. O Poder Executivo poderá destinar recursos para implementar ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

19



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 63. O Poder Executivo poderá destinar recursos para a implementação da agroindústria familiar.

Art. 64. O Poder Executivo poderá destinar recursos para a implementação com ações de preservação e recuperação de toxicômanos e para entidades de combate às drogas.

Art. 65. Integram a presente Lei, de acordo com o disposto no art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 66. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.



Art. 67. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 68. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 2 de julho de 2013.



DEPUTADO NEREU MOURA
Presidente



DEPUTADO ELIO RUSCH
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

ANEXO I - METAS FISCAIS

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior

A execução orçamentária do exercício de 2012 obedeceu aos critérios para liberação dos recursos, estabelecidos no Decreto nº 3728, de 23 de janeiro de 2012. No referido exercício deu-se continuidade ao processo de Programação Orçamentária, via Sistema e-COP, onde as unidades da administração direta, indireta, empresas dependentes e fundos, alimentaram seus pleitos trimestrais, dentro de tetos estabelecidos de acordo com as projeções da receita e as prioridades de governo. As liberações financeiras foram realizadas segundo as disponibilidades do Tesouro Geral do Estado, em decorrência do efetivo ingresso das Receitas.

No exercício financeiro de 2012 as Receitas não Financeiras, ou seja, as Receitas totais, excluídas as operações de crédito, as amortizações de empréstimo, as receitas de alienação de ativos e as Receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários, tiveram um acréscimo de 3,93% em relação aos valores previstos na LDO/2012.

As Despesas não Financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, tiveram um acréscimo de 5,43%.

Em decorrência das variações ocorridas entre o valor previsto na LDO e o resultado realizado nas Receitas não Financeiras e Despesas não Financeiras, a meta do Resultado Primário realizado no exercício, ficou acrescida em -35,37% (ver Tabela 1).

Tabela 1 - Metas Fiscais relativas a 2012 – Resultado Primário

| Discriminação | Previsto na LDO (em R\$ 1000) | Realizado (em R\$ 1000) | Variação % |
|--|----------------------------------|----------------------------|---------------|
| I Receitas não Financeiras | 26.638.021 | 27.684.426 | 3,93 |
| II Despesas não Financeiras | 25.656.484 | 27.050.033 | 5,43 |
| III Resultado Primário (I – II) | 981.537 | 634.392 | -35,37 |

Fonte: SEFA/SEPL

As Tabelas 2 e 3 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2010 a 2012 e reprogramadas para 2013:

| Tabela 2 – Metas Fiscais 2010-13 - Preços Correntes - em R\$ 1.000 | | | | |
|---|-----------|-----------|------------|-----------|
| Discriminação | 2010 | 2011 | 2012 | (1) 2013 |
| I. Resultado Primário Indicado na LDO | 1.225.503 | 770.075 | 981.537 | 1.136.622 |
| II. Resultado Primário Obtido | 894.039 | 1.391.204 | 634.392 | 177.890 |
| III. Resultado Obtido - Indicado (II - I) | -331.464 | 621.129 | -347.145 | -958.732 |
| IV. Resultado Nominal Indicado na LDO | 159.482 | -402.153 | 671.371 | 700.243 |
| V. Resultado Nominal Obtido (2) | 2.413.846 | -575.955 | -1.655.317 | 1.010.398 |
| VI. Resultado Obtido - Indicado (V - IV) | 2.254.364 | -173.802 | -2.326.688 | 310.155 |
| Fonte: SEFA/SEPL | | | | |
| (1) : Reprogramado. | | | | |
| (2) : O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal. | | | | |

21



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

| Tabela 3 – Metas Fiscais 2010-13 – Preços Constantes de 2013 – em R\$ 1.000 | | | | |
|--|-----------|-----------|------------|-----------|
| Discriminação | 2010 | 2011 | 2012 | (1) 2013 |
| I. Resultado Primário Indicado na LDO | 1.463.022 | 868.025 | 1.038.859 | 1.136.622 |
| II. Resultado Primário Obtido | 1.067.316 | 1.568.160 | 671.441 | 177.890 |
| III. Resultado Obtido – Indicado (II - I) | -395.706 | 700.134 | -367.418 | -958.732 |
| IV. Resultado Nominal Indicado na LDO | 190.392 | -453.305 | 710.579 | 700.243 |
| V. Resultado Nominal Obtido (2) | 2.881.681 | -649.214 | -1.751.988 | 1.010.398 |
| VI. Resultado Obtido – Indicado (V – IV) | 2.691.290 | -195.909 | -2.462.567 | 310.155 |
| Fonte: SEFA/SEPL | | | | |
| (1): Reprogramado | | | | |
| (2): O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal. | | | | |

2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A Tabela a seguir demonstra o cenário relativo aos principais indicadores econômicos utilizados na demonstração das metas fiscais para o período de 2010 a 2016.

Tabela 4 – Indicadores Econômicos do Período de 2010 a 2016

| Indicador | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|-------|------|------|------|------|------|------|
| PIB do Brasil (variação %) | 7,50 | 2,70 | 0,90 | 3,09 | 3,50 | 3,50 | 3,50 |
| PIB do Paraná (variação %) | 10,00 | 4,00 | 0,90 | 4,50 | 4,00 | 4,00 | 4,00 |
| Inflação, IPCA (variação %) | 5,91 | 6,50 | 5,84 | 5,70 | 5,70 | 5,35 | 5,00 |
| Taxa de Câmbio, previsão BC (R\$/US\$) | 1,67 | 1,88 | 2,04 | 2,00 | 2,05 | 2,10 | 2,12 |

Fonte: IBGE, Banco Central, IPARDES/SEPL.

É importante destacar que a garantia de investimentos só será possível com o esforço em continuar a política fiscal assumida pelo Estado para os próximos exercícios, ou seja, de manter os superávits primários.

A previsão de superávits primários para o período de 2013 a 2016, na média de 064% do PIB do Paraná, supõe:

- o crescimento sustentável da economia do Estado;
- o incremento das Receitas não financeiras;
- a execução do programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal;
- o controle sobre as Despesas de manutenção da administração estadual.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

As Tabelas 5 e 6 apresentam, de forma resumida as metas fiscais para o período de 2013 a 2016, a preços correntes e constantes de 2013.

Tabela 5 – Metas Fiscais para o Período 2012-15

| Resultado Primário | | | | | | | Preços Correntes | |
|------------------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|--------------|-------------------------|--------------|
| DISCRIMINAÇÃO | 2013 | | 2014 | | 2015 | | 2016 | |
| | R\$ 1.000 | % PIB | R\$ 1.000 | % PIB | R\$ 1.000 | % PIB | R\$ 1.000 | % PIB |
| I. RECEITAS NÃO FINANCEIRAS | 30.756.248 | 10,84 | 36.260.899 | 11,62 | 38.826.269 | 11,36 | 41.335.766 | 11,07 |
| II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS | 30.578.358 | 10,77 | 33.921.169 | 10,87 | 35.860.189 | 10,49 | 38.063.394 | 10,20 |
| III. RESULTADO PRIMÁRIO | 177.890 | 0,06 | 2.339.690 | 0,75 | 2.966.079 | 0,87 | 3.272.372 | 0,88 |
| IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA | 13.010.637 | 4,58 | 13.996.640 | 4,49 | 14.131.041 | 4,13 | 13.918.843 | 3,73 |
| V. RESULTADO NOMINAL | 1.010.398 | 0,36 | 986.004 | 0,32 | 134.400 | 0,04 | -212.198 | -0,06 |

Fonte: SEPL/SEFA

Tabela 6 – Metas Fiscais para o Período 2013-16

| Resultado Primário | | | | | | | Preços Constantes de 2013 | |
|------------------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|--------------|----------------------------------|--------------|
| DISCRIMINAÇÃO | 2013 | | 2014 | | 2015 | | 2016 | |
| | R\$ 1.000 | % PIB | R\$ 1.000 | % PIB | R\$ 1.000 | % PIB | R\$ 1.000 | % PIB |
| I. RECEITAS NÃO FINANCEIRAS | 30.756.248 | 10,25 | 34.305.448 | 9,84 | 34.636.598 | 8,61 | 34.886.370 | 7,56 |
| II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS | 30.578.358 | 10,19 | 32.091.929 | 9,21 | 31.990.583 | 7,95 | 32.124.569 | 6,96 |
| III. RESULTADO PRIMÁRIO | 177.890 | 0,06 | 2.213.519 | 0,64 | 2.646.015 | 0,66 | 2.761.801 | 0,60 |
| IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA | 13.010.637 | 4,34 | 13.241.835 | 3,80 | 12.606.187 | 3,13 | 11.747.161 | 2,55 |
| V. RESULTADO NOMINAL | 1.010.398 | 0,34 | 932.832 | 0,27 | 119.898 | 0,03 | -179.090 | -0,04 |

Fonte: SEPL/SEFA

3. Evolução do Patrimônio Líquido

A Tabela a seguir, apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2010 a 2012. O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Tabela 7 – Evolução do Patrimônio Líquido dos Três Últimos Exercícios

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2010 (R\$ 1.000) | 2011 (R\$ 1.000) | 2012 (R\$ 1.000) |
|---------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| ATIVO FINANCEIRO | 3.346.178 | 1.425.059 | 2.933.659 |
| ATIVO PERMANENTE | 17.945.919 | 5.712.333 | 5.812.261 |
| SOMA DO ATIVO REAL | 21.292.097 | 7.137.392 | 8.745.920 |
| PASSIVO FINANCEIRO | 2.177.947 | 1.042.568 | 3.305.389 |
| PASSIVO PERMANENTE | 18.474.712 | 242.083 | 0 |
| SOMA DO PASSIVO REAL | 20.652.659 | 1.284.650 | 3.305.389 |
| SALDO PATRIMONIAL | 639.438 | 5.852.742 | 5.440.530 |



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Na evolução do Patrimônio Líquido do período, houve de 2010 para 2011, uma variação positiva da ordem de R\$ 1.636,1 milhões, produzindo Patrimônio Líquido positivo. De 2011 para 2012, houve uma variação positiva de R\$ 165,7 milhões, produzindo novo Patrimônio Líquido positivo. Considerando o período de 2010 a 2012, essa oscilação determinou variação total positiva da importância de R\$ 1.801,8 milhões, que como consequência favorável apresentou Saldo Patrimonial credor, representativo do Patrimônio Líquido do Estado.

Com relação à alienação de bens pertencentes aos ativos permanentes das entidades da administração direta e da administração indireta, o Estado do Paraná em 2012 obteve recursos oriundos de Bens Móveis, no valor de R\$ 1.447,0 mil, fonte 108 e R\$ 1.784,5 mil, fonte 250. A aplicação para 2012 teve sua programação realizada por conta dos projetos e atividades orçamentárias, segundo as fontes de recursos de origem, aprovados pela LOA nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011.

4. Avaliação do Regime de Previdência do Estado

Os resultados apresentados nessa Avaliação Atuarial levam em consideração a reestruturação dos Fundos Previdenciários do Estado do Paraná estabelecidos pela Lei PR nº 17.435 de 21 de dezembro de 2012 e tem por objetivo dimensionar os compromissos com benefícios previdenciários dos Fundos, em específico, demonstrar o equilíbrio financeiro e atuarial do FUNDO DE PREVIDÊNCIA, integrante do Plano Previdenciário, que tem finalidade de acumulação de recursos necessários para o pagamento dos compromissos do Plano.

Os resultados obtidos referem-se à data-base de dezembro de 2012, contemplam os servidores ativos e inativos e pensionistas, segregados conforme critérios estabelecidos pela reestruturação dos Fundos Previdenciários. A base cadastral possui qualidade e indica consistência dos dados e dos resultados apresentados.

Conforme reestruturação, os Fundos Previdenciários são divididos em:

a) FUNDO FINANCEIRO

Possui 141.774 segurados, sendo 68.208 ativos e 73.566 inativos e pensionistas. Os custos totais dos compromissos deste Fundo, ao longo do tempo, por ser financiado por repartição simples e conforme orientação do MPS – Ministério da Previdência Social são avaliados sem considerar a taxa de desconto atuarial e possuem o valor presente de R\$ 211,2 bilhões, que comparando-se com o total das receitas contributivas previstas de R\$ 16,1 bilhões, resulta em uma Reserva Matemática de R\$ 195,1 bilhões.

Pelo mecanismo de financiamento deste Fundo, tais valores representam o total de aportes futuros necessários, que o Tesouro Estadual deverá fazer ao longo do tempo, para complementação da folha de benefícios dos segurados deste Fundo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

b) FUNDO MILITAR

São segurados deste Fundo 36.287 militares do Estado, sendo 19.322 ativos e 16.965 inativos e pensionistas. Os compromissos do Fundo Militar, também são avaliados sem considerar taxa atuarial e possuem o valor presente de R\$ 26 bilhões, que deduzindo-se do total das receitas contributivas previstas de R\$ 5,5 bilhões, resulta em uma Reserva Matemática de R\$ 25,5 bilhões.

O FUNDO MILITAR também é financiado por repartição simples, e os valores representam os aportes necessários para complementação da folha de benefícios dos segurados do Fundo ao longo do tempo.

c) FUNDO DE PREVIDÊNCIA

Conforme critérios estabelecidos em Lei, o FUNDO DE PREVIDÊNCIA promove a cobertura a 72.591 servidores ativos e a 13.422 inativos e pensionistas, o que gera um total de 86.013 segurados.

Conforme prevê a Lei PR nº17.435, de 2012, este Fundo é financiado pelo regime de capitalização e os valores expressos nos itens 3.2.1, 3.2.2 e 3.2.3 levam em consideração a taxa de desconto atuarial de 5,75% ao ano, estabelecida como meta neste exercício.

O valor presente do total das obrigações do FUNDO DE PREVIDÊNCIA é de R\$ 43,8 bilhões e o valor presente do total das receitas previstas, com base no plano de custeio, é de R\$ 36,6 bilhões, o que resulta em uma Reserva Matemática projetada de R\$ 7,2 bilhões.

O total de recursos financeiros já capitalizados e segregados para composição do FUNDO DE PREVIDÊNCIA é de R\$ 7,3 bilhões. O resultado técnico da Avaliação Atuarial apresenta Equilíbrio Técnico do Plano Previdenciário reestruturado, com superávit na ordem de R\$ 126 milhões. Este equilíbrio atuarial decorre de todo o plano contributivo ao Fundo e pelo sistema projetado de custeio Adicional e Suplementar a encargo do Estado.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta Avaliação, assim consideradas a taxa de juros, as probabilidades de morte e de entrada em invalidez, a projeção da composição familiar, o perfil dos novos servidores, descritas no item 2.1 deste Relatório, entre outras, impactam sensivelmente o resultado final projetado. Em especial, a hipótese de sobrevivência (AT-83, Masculina) e de meta atuarial (5,75% ao ano) que foram utilizadas de forma mais conservadora que os parâmetros mínimos e máximos de prudência estabelecidos pela Portaria MPS nº403/2008.

Especificamente sobre a meta atuarial, verifica-se que a rentabilidade líquida dos Ativos Financeiros do Plano superou em 0,13 ponto percentual a meta atuarial de rentabilidade de 12,19%, estabelecida para o exercício de 2012, pois conforme consta no Relatório da Diretoria de Finanças e Patrimônio da PARANAPREVIDÊNCIA, o ativo líquido indicou uma rentabilidade média líquida de 13,69%, medida pela Taxa Interna de Retorno – TIR. Observa-se ainda, que a meta atuarial também foi superada pela rentabilidade dos investimentos em 1,26 ponto percentual, no exercício de 2010, e em 0,72 ponto percentual, em 2011.

25



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Conforme estudos realizados pelo Setor Financeiro da PARANAPREVIDÊNCIA, em relação à atual composição da carteira de ativos do FUNDO DE PREVIDÊNCIA, seus resgates e reinvestimentos, e, principalmente, pela atual política de redução nas taxas de remuneração de títulos públicos do Governo Federal, projeta-se redução nos valores efetivos de rentabilidade financeira já em curto prazo.

Com base neste cenário, e por similaridade, a meta atuarial referencial do FUNDO DE PREVIDÊNCIA acompanha, em princípio, a normatização do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, em relação às Entidades Privadas de Previdência Complementar - Resolução CNPC Nº 09, de 29 de novembro de 2012.

Por este indicativo do CNPC, a meta atuarial é reduzida em 0,25%, já a partir de 2013, até atingir 4,5% em 2018, de acordo com a Tabela 8 abaixo:

| ANO | META ATUARIAL | ANO | META ATUARIAL |
|------|---------------|------|---------------|
| 2013 | 5,75% | 2016 | 5,00% |
| 2014 | 5,50% | 2017 | 4,75% |
| 2015 | 5,25% | 2018 | 4,50% |

De certa forma, projeções e Avaliações Atuariais na Previdência Funcional, pela própria natureza dos elementos que compõem as hipóteses atuarias, caracterizam-se como uma projeção futura extremamente sensível, mesmo amparada por técnicas atuariais sustentáveis. No entanto, estas projeções possibilitam o dimensionamento dos compromissos previdenciários da Entidade e indicam os procedimentos necessários ao custeio destas obrigações.

Ressalta-se que o conceito de solvência desenvolvido e constante na Lei PR nº17.435, de 2012, e o acompanhamento da aderência das hipóteses atuarias constituem-se como aspectos fundamentais na elaboração deste plano de capitalização reestruturado e, por isso mesmo, devem ser alvo de contínuo acompanhamento e validação.

5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), estabeleceu o Demonstrativo de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de Receita ou Redução de outra Despesa de Caráter Continuado.

São consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado, as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem, para o ente público, a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (art. 17 da LC 101, de 2000).

Estas Despesas, por apresentarem caráter de acréscimo permanente, somente podem ser financiadas por acréscimos permanentes de arrecadação.

26



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Estas Despesas, por apresentarem caráter de acréscimo permanente, somente podem ser financiadas por acréscimos permanentes de arrecadação.

A Tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2014.

| Tabela 9 – Saldo da Margem de Expansão em 2014 | | Em R\$ 1.000 |
|--|------|--------------|
| Discriminação | 2014 | |
| 1. Arrecadação de Tributos e Contribuições | | 2.126.659 |
| 2. Transferências Constitucionais e Legais | | 521.532 |
| 3. Saldo (1-2) | | 1.605.128 |
| 4. Despesas Comprometidas | | 1.604.253 |
| Pessoal | | 502.302 |
| PASEP | | 30.000 |
| Pecatórios | | 30.000 |
| Participação na implantação do Sistema de Transporte Rápido de Massa | | 100.000 |
| Contrapartida de Programas Financiados | | 100.000 |
| Ações relativas à COPA FIFA 2014 | | 50.000 |
| Vinculação aos Outros Poderes | | 57.642 |
| Vinculação para a Saúde | | 175.056 |
| Vinculação para o Ensino Público | | 533.101 |
| Vinculação para a Ciência e Tecnologia | | 26.151 |
| 5. Margem de Expansão | | 874 |

27



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

ANEXO II – RISCOS FISCAIS

A previsão da Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2014 conta com riscos fiscais decorrentes da incerteza dos reflexos advindos da Reforma Tributária cujo projeto de unificação das alíquotas do ICMS entre os Estados encontrava-se em andamento no Senado Federal até o encaminhamento deste Projeto de Lei para apreciação da Assembleia Legislativa. Na proposta em tramitação, as alíquotas que atualmente variam entre 7% e 12% seriam reduzidas para 4% a partir de 2014, em troca os Estados produtores teriam as perdas compensadas por um fundo de compensação automática e por um fundo de financiamento de projetos de infraestrutura até 2028. Com esse deslocamento da tributação da origem para o destino, o impacto seria imediato, afetando o equilíbrio das contas públicas do Estado do Paraná. Em que pese à compensação proposta, cabe ressaltar que a adoção de mecanismos de compensação de perdas tributárias, tais como o previsto na Lei Complementar nº 87, de 1996, não tem proporcionado a devida reparação aos prejuízos causados ao Estado.

Além do fator acima, temos que considerar a continuidade da política de estímulos ao mercado interno nacional para 2014, com a prorrogação da desoneração do IPI sobre bens duráveis, como por exemplo, automóveis, caminhões, linha branca, móveis e material de construção, válida até 31 de dezembro de 2013, o que impactará na Receita de Recolhimento Centralizado, uma vez que afetará significativamente a recomposição das transferências constitucionais para os Estados.

Devemos considerar também, a aprovação da Lei Complementar nº 141, de 2012, a qual se considerada a inclusão do FUNDEB na base de cálculo para aplicação do percentual de 12% para a área de saúde na Lei Orçamentária de 2014 sem compatibilização com o Plano Plurianual de Investimentos – PPA, vigente para o período de 2012 a 2015, consoante estabelecido no art. 30 da referida Lei Complementar, acarretará com que o Estado do Paraná deva acrescentar cerca de R\$ 466 milhões destinados aos dispêndios com ações em saúde, comprometendo a execução orçamentária de 2014 comprometendo significativamente a execução dos demais programas constantes no referido PPA.

Outro evento bastante expressivo que poderá comprometer o equilíbrio das contas públicas, assim como, a execução orçamentária para 2014, refere-se à decisão do Supremo Tribunal Federal – STF quanto à declaração de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, que institui o regime especial para pagamento dos precatórios em prazo de até quinze anos. De acordo com a referida norma, o executivo estadual a partir de 2010 passou a vincular recursos equivalentes a 2% da receita corrente líquida mediante depósito mensal em conta especial administrada pelo Tribunal de Justiça do Estado, cujos depósitos atingiram o montante de R\$ 413 milhões em 2012 e, R\$ 109 milhões, de janeiro a março de 2013, depositando mensalmente cerca de R\$ 37 milhões, para quitação dos precatórios na ordem cronológica e demais condições estabelecidas.

Até o encaminhamento do presente Projeto de Lei à apreciação da Assembleia Legislativa, não houve pronunciamento sobre o exato alcance da decisão do STF, assim como da

28



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

continuidade do parcelamento dos precatórios no prazo estipulado na Emenda Constitucional nº 62, de 2009, bem como, na apreciação pela Suprema Corte quanto ao estabelecimento de outro prazo com a adoção daquele definido na Emenda Constitucional nº 30, de 13 setembro de 2000, que se encontra suspensa para quitação dos precatórios judiciais, cujo saldo devido pelo Estado do Paraná alcança cerca de R\$ 4.574 bilhões, em 31 de dezembro 2012.

A continuar a crise internacional que atinge principalmente os países da zona do Euro, porém, com importantes reflexos na economia mundial como um todo, inclusive com a redução de crescimento da economia chinesa com quem o Estado do Paraná tem relações comerciais intensas, poderemos ter influência no nível de atividade econômica interna com a diminuição na arrecadação dos impostos estaduais.

Qualquer proposta de novas vinculações, ou de aumento de percentual de vinculação da Receita de Recolhimento Centralizado do Estado pelos outros Poderes e Ministério Público, poderão inviabilizar o programa de trabalho do Poder Executivo para o exercício de 2014. A Tabela 9 demonstra a margem mínima de expansão, o que permite dizer que qualquer acréscimo de vinculação não poderá ser suportado com a previsão de receita apresentada na composição deste documento.



29

ANEXO II - ALTERAÇÃO DOS INDICADORES DO PLANO PLURIANUAL 2013-2015

De:

Proteção e Desenvolvimento Social - SEDS

Indicadores

| | | | | |
|--|---------|------------|-------|--------|
| Municípios com CONGEA em funcionamento | unidade | 01/12/2010 | 32,00 | 100,00 |
| Fonte: COMDEAMM | | | | |
| Municípios com IGDM Ação de Múltipla Seleção | % | 01/10/2010 | 80,00 | 97,00 |
| Fonte: Secretaria Nacional de Renda e Cidadania | | | | |
| Reinstituição de Adolescentes nos Centros de Socioeducação | % | 01/08/2011 | 32,32 | 15,00 |
| Fonte: Central de Vagas de SEDS | | | | |
| Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social Acompanhadas pelo Programa Família Permanente | % | - | 0,00 | 25,00 |
| Fonte: SEDS | | | | |

Para:

Proteção e Desenvolvimento Social - SETS

Indicadores

| | | | | | | |
|--|---------|------------|-------|--------|-------------------|---|
| Municípios com CONGEA em funcionamento | unidade | 01/12/2010 | 32,00 | 100,00 | Cópia responsável | A responsabilidade pela apuração deste indicador foi transferida para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária. |
| Fonte: COMDEAMM | | | | | | |

Proteção e Desenvolvimento Social - SEDS

Indicadores

| | | | | | | |
|--|---|------------|-------|-------|---------------------------------|---|
| Municípios com IGDM Ação de Múltipla Seleção | % | 01/10/2010 | 80,00 | 95,00 | Unidade de Medida e Índice 2010 | Manutenção de 95% até 2014 em razão do alto índice de municípios com IGDM acima da média de 2011 e em 2012. |
| Fonte: Secretaria Nacional de Renda e Cidadania | | | | | | |
| Reinstituição de Adolescentes nos Centros de Socioeducação | % | 01/08/2011 | 32,32 | 20,00 | Índice 2010 | O cálculo de reinstituição é feito considerando os atendimentos realizados. Baseado no índice a partir dos resultados alcançados em 2012. |
| Fonte: Central de Vagas de SEDS | | | | | | |
| Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social Acompanhadas pelo Programa Família Permanente | % | - | - | 12,00 | Fonte e Índice 2010 | Este indicador passou a ser calculado pelo INEPRE, e não com base no cadastro do IDOE de famílias em extrema pobreza. Calculou-se 20 famílias por município atendido, em relação ao total de famílias com potencial INEPRE acima de |
| Fonte: SEDS | | | | | | |

De:

Desenvolvimento Integrado da Cidadania / PCB-Cidadania - SEAJ

Indicadores

| | | | | |
|--|---------|------------|---------|----------|
| Pessoas em Escolarização no Ensino Básico do Sistema Penitenciário | unidade | 01/04/2011 | 3080,00 | 9080,00 |
| Fonte: SEAJ | | | | |
| Pessoas em Atividade Laboral | unidade | 01/04/2011 | 3253,00 | 19000,00 |
| Fonte: SEAJ | | | | |

Para:

Desenvolvimento Integrado da Cidadania / PCB-Cidadania - SEAJ

Indicadores

| | | | | | | |
|--|---------|------------|---------|---------|---------------------------|--|
| Pessoas em Escolarização no Sistema Penitenciário - nas modalidades presencial e à distância | unidade | 01/04/2011 | 3080,00 | 5000,00 | Denominação e Índice 2010 | A alteração do índice previsto vem da necessidade do aumento de matrículas de trabalho nas unidades de regime fechado e de contratação de servidores para o acompanhamento das atividades nos centros de trabalho. |
| Fonte: SEAJ | | | | | | |
| Pessoas em Atividade Laboral | unidade | 01/04/2011 | 3253,00 | 5000,00 | Índice 2010 | A alteração do índice previsto vem da necessidade do aumento de matrículas de trabalho nas unidades de regime fechado e de contratação de servidores para o acompanhamento das atividades nos centros de trabalho. |
| Fonte: SEAJ | | | | | | |

De:

Paraná Competitivo - SEM

Indicadores

| | | | | |
|--|---|-----------|------|------|
| Participação de Paraná nas Exportações Nacionais | % | 2006/2011 | 7,82 | 7,02 |
| Fonte: MDIC / DECEX | | | | |

Para:

Paraná Competitivo - SEM

Indicadores

| | | | | | | |
|--|---|-----------|------|------|-------|--|
| Participação de Paraná nas Exportações Nacionais | % | 2006/2011 | 7,82 | 7,02 | Fonte | Alteração da fonte para o IFARDES (antigo IFARDES - Índice de Fatores de Desenvolvimento Econômico e Social) em razão da apuração e divulgação do índice por esse instituto que a fonte anterior DEC/DECEX em parâmetro constante apuração de julho de 2010. |
| Fonte: IFARDES | | | | | | |

DE
4214 Gestão do Sistema Socioeducativo e de Proteção à Criança e ao Adolescente

Órgão/Unidade: SEDS IOG - SEDS

Meta: atendimento atendido

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Nordeste | Norte Central | Norte Pioneiro | Oeste | Suldeste | Sudoeste | Estado | |
|---------|------------------|-----------------|------------|---------------------------|----------|---------------|----------------|-------|----------|----------|--------|-------|
| unidade | 24 | 128 | 128 | 454 | 98 | 212 | 41 | 287 | 0 | 28 | 0 | 1.478 |

Meta cumulativa: Não

PARA
4214 Gestão do Sistema Socioeducativo e de Proteção à Criança e ao Adolescente

Órgão/Unidade: SEDS IOG - SEDS

Meta: atendimento realizado

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Nordeste | Norte Central | Norte Pioneiro | Oeste | Suldeste | Sudoeste | Estado | |
|---------|------------------|-----------------|------------|---------------------------|----------|---------------|----------------|-------|----------|----------|--------|-------|
| unidade | 192 | 300 | 306 | 1.378 | 280 | 1.887 | 122 | 1.237 | 0 | 122 | 0 | 5.042 |

Meta cumulativa: Não

Meta e Quantidade por Mesorregião e cumulabilidade da meta.

A meta foi atendida e possui a ser cumulativa. Foi atendida, de acordo com a capacidade de cada Centro de Socioeducação nas respectivas regiões, levando-se em conta

DE
4217 Sistema Interterritorial de Proteção à Família

Órgão/Unidade: SEDS IOG - SEDS

Meta: ações realizadas

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Nordeste | Norte Central | Norte Pioneiro | Oeste | Suldeste | Sudoeste | Estado | |
|---------|------------------|-----------------|------------|---------------------------|----------|---------------|----------------|-------|----------|----------|--------|-----|
| unidade | 20 | 11 | 16 | 20 | 40 | 63 | 27 | 40 | 17 | 34 | 0 | 320 |

Meta cumulativa: Não

PARA
4217 Sistema Interterritorial de Proteção à Família

Órgão/Unidade: SEDS IOG - SEDS

Meta: municípios atendidos

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Nordeste | Norte Central | Norte Pioneiro | Oeste | Suldeste | Sudoeste | Estado | |
|---------|------------------|-----------------|------------|---------------------------|----------|---------------|----------------|-------|----------|----------|--------|-----|
| unidade | 22 | 14 | 24 | 25 | 81 | 63 | 33 | 37 | 19 | 30 | 0 | 320 |

Meta cumulativa: Não

Meta e Quantidade por Mesorregião

Igualou-se à meta de Inicial 4222 - Família Paranaense, por ter-se o mesmo fim, apenas utilizando recursos de outras Fontes para o fortalecimento das ações do Programa Família Paranaense.

DE
4218 Luz Federal

Órgão/Unidade: SEDS IOG - SEDS

Meta: domicílios beneficiados

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Nordeste | Norte Central | Norte Pioneiro | Oeste | Suldeste | Sudoeste | Estado | |
|---------|------------------|-----------------|------------|---------------------------|----------|---------------|----------------|--------|----------|----------|--------|-----------|
| unidade | 53.628 | 89.476 | 88.822 | 153.808 | 0 | 226.308 | 104.721 | 60.986 | 87.007 | 08.208 | 0 | 1.044.828 |

Meta cumulativa: Sim

PARA

4218 Luz Federal
Meta: domicílios beneficiados

Órgão/Unidade: SEDS IOG - SEDS

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Nordeste | Norte Central | Norte Pioneiro | Oeste | Suldeste | Sudoeste | Estado | |
|---------|------------------|-----------------|------------|---------------------------|----------|---------------|----------------|--------|----------|----------|--------|---------|
| unidade | 17.360 | 13.985 | 19.227 | 27.005 | 20.216 | 32.936 | 22.087 | 25.410 | 14.417 | 16.822 | 0 | 215.012 |

Meta cumulativa: Não

Quantidade por Mesorregião e cumulabilidade da meta.

Houve uma adequação no número de domicílios beneficiados por mesorregião, em função da demanda existente. A meta também possui a ser não cumulativa, por beneficiar os mesmos domicílios ao longo dos quatro anos.

DE

4321 Proteção Integral à Criança e ao Adolescente
Meta: criança e adolescente atendido pelo programa

Órgão/Unidade: SEDS/PA

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Fluminense | Costa | Sulista | Sulista | Estado | |
|---------|---------------------|--------------------|------------|------------------------------|-----------|---------------|------------------|---------|---------|---------|--------|-----------|
| unidade | 291.993 | 146.308 | 280.040 | 389.423 | 937.043 | 825.023 | 480.363 | 522.195 | 218.370 | 439.025 | 0 | 4.195.867 |

Meta cumulativa: N/A

PARA

4321 Proteção Integral à Criança e ao Adolescente
Meta: criança e adolescente atendido pelo programa

Órgão/Unidade: SEDS/PA

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Fluminense | Costa | Sulista | Sulista | Estado | |
|---------|---------------------|--------------------|------------|------------------------------|-----------|---------------|------------------|---------|---------|---------|--------|-----------|
| unidade | 137.898 | 80.132 | 152.344 | 249.514 | 804.458 | 699.600 | 317.991 | 230.836 | 81.340 | 223.228 | 0 | 2.967.412 |

Meta cumulativa: N/A

Quantidade por Mesorregião

Cálculo feito com base no total de crianças e adolescentes no Estado do Paraná, entendendo que a soma da Unidade Técnica de Proteção de Criança e do Adolescente atende a todos.

DE

4322 Família Paranaense
Meta: município atendido

Órgão/Unidade: SEDS/FEAS

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Fluminense | Costa | Sulista | Sulista | Estado | |
|---------|---------------------|--------------------|------------|------------------------------|-----------|---------------|------------------|-------|---------|---------|--------|-----|
| unidade | 30 | 11 | 29 | 36 | 60 | 63 | 37 | 40 | 17 | 34 | 0 | 323 |

Meta cumulativa: N/A

PARA

4322 Família Paranaense
Meta: município atendido

Órgão/Unidade: SEDS/FEAS

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Fluminense | Costa | Sulista | Sulista | Estado | |
|---------|---------------------|--------------------|------------|------------------------------|-----------|---------------|------------------|-------|---------|---------|--------|-----|
| unidade | 22 | 10 | 24 | 26 | 51 | 63 | 33 | 37 | 16 | 30 | 0 | 320 |

Meta cumulativa: N/A

Quantidade por Mesorregião

Redistribuição de quantidade dos municípios por mesorregião conforme tabela do programa.

DE

4323 Aprimoramento da Gestão - FEAS
Meta: trabalhador qualificado

Órgão/Unidade: SEDS/FEAS

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Fluminense | Costa | Sulista | Sulista | Estado | |
|---------|---------------------|--------------------|------------|------------------------------|-----------|---------------|------------------|-------|---------|---------|--------|-------|
| unidade | 275 | 154 | 294 | 407 | 671 | 888 | 508 | 558 | 321 | 402 | 0 | 4.389 |

Meta cumulativa: Sim

PARA

4323 Aprimoramento da Gestão - FEAS
Meta: pessoa capacitada

Órgão/Unidade: SEDS/FEAS

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Fluminense | Costa | Sulista | Sulista | Estado | |
|---------|---------------------|--------------------|------------|------------------------------|-----------|---------------|------------------|-------|---------|---------|--------|--------|
| unidade | 800 | 736 | 646 | 2.351 | 1.808 | 2.822 | 945 | 1.826 | 631 | 1.026 | 0 | 13.112 |

Meta cumulativa: Sim

Meta, Quantidade por Mesorregião

A meta foi alterada para fazer maior abrangência. O total de vagas foi calculado de acordo com o previsto de acordo de capacitação para 2013, comparado com a efetiva participação em 2012. Foi feito uma média, considerando a participação nos dois anos (2012 e 2013) para chegar na soma final de 4.730 vagas por ano.

DE
4188 Manutenção e Gerenciamento do CEPR
Meta: alunos atendidos

Órgão/Unidade: SEDUC/CEPR

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Pioneiro | Oeste | Suldeste | Sudoeste | Estado | |
|---------|---------------------|--------------------|------------|------------------------------|-----------|---------------|----------------|-------|----------|----------|--------|-------|
| unidade | 0 | 0 | 0 | 7.250 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7.250 |

Meta cumulativa: Não

PARA
4188 Manutenção e Gerenciamento do CEPR
Meta: alunos atendidos

Órgão/Unidade: SEDUC/CEPR

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Pioneiro | Oeste | Suldeste | Sudoeste | Estado | |
|---------|---------------------|--------------------|------------|------------------------------|-----------|---------------|----------------|-------|----------|----------|--------|-------|
| unidade | 0 | 0 | 0 | 4.500 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4.500 |

Meta cumulativa: Não

Quantidade por Mesorregião

Readequação das quantidades, tendo sido excluídas da previsão inicial as atividades voltadas à comunidade em geral, que não integram o Ensino Regular, nas quais não há exigência de controle de frequência e de avaliação.

Gestão Estratégica

DE
4344 Gestão do Desenvolvimento, Formação e Capacitação de Recursos Humanos do Estado
Meta: servidor treinado

Órgão/Unidade: SEAPROG - SEAP

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Pioneiro | Oeste | Suldeste | Sudoeste | Estado | |
|------------|---------------------|--------------------|------------|------------------------------|-----------|---------------|----------------|-------|----------|----------|--------|----|
| percentual | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 40 | 40 |

Meta cumulativa: Sim

PARA
4344 Gestão do Desenvolvimento, Formação e Capacitação de Recursos Humanos do Estado
Meta: servidor capacitado

Órgão/Unidade: SEAPROG - SEAP

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Pioneiro | Oeste | Suldeste | Sudoeste | Estado | |
|---------|---------------------|--------------------|------------|------------------------------|-----------|---------------|----------------|-------|----------|----------|--------|--------|
| unidade | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 30.000 | 30.000 |

Meta cumulativa: Sim

Meta, Unidade de Medida e Quantidade por Mesorregião

Alteração da unidade de medida, de percentual para número absoluto, de acordo com a capacidade de atendimento da Escola de Governo, visando melhor acompanhamento e viabilidade de cumprimento.

Gestão Estratégica

DE
4345 Gestão da Saúde dos Servidores e seus Dependentes
Meta: assistência prestada

Órgão/Unidade: SEAPROG - SEAP

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Pioneiro | Oeste | Suldeste | Sudoeste | Estado | |
|------------|---------------------|--------------------|------------|------------------------------|-----------|---------------|----------------|-------|----------|----------|--------|----|
| percentual | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 70 | 70 |

Meta cumulativa: Não

PARA
4345 Gestão da Saúde dos Servidores e seus Dependentes
Meta: benefício concedido

Órgão/Unidade: SEAPROG - SEAP

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Pioneiro | Oeste | Suldeste | Sudoeste | Estado | |
|---------|---------------------|--------------------|------------|------------------------------|-----------|---------------|----------------|--------|----------|----------|--------|---------|
| unidade | 12.052 | 30.745 | 15.889 | 154.386 | 27.001 | 99.331 | 28.425 | 44.458 | 14.884 | 22.101 | | 447.886 |

Meta cumulativa: Não

Meta, Unidade de Medida e Quantidade por Mesorregião

Alteração em função da necessidade de manutenção do sistema de assistência implantado em 2002 e ainda ativo, para melhor avaliar a prestação de serviços, tendo em vista o projeto do novo modelo de Assistência à Saúde encontra-se em análise de viabilidade, enquanto aguarda implementação.

DE

4183 Gestão do Sistema Penitenciário

Órgão/Unidade: SEJUPEN

Meta: vagas criadas

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Pioneiro | Oeste | Sulente | Sudeste | Estado | |
|---------|------------------|-----------------|------------|---------------------------|-----------|---------------|----------------|-------|---------|---------|--------|--------|
| unidade | 340 | 1.593 | 652 | 3.007 | 1.408 | 2.540 | 680 | 2.080 | 888 | 1.480 | 6 | 15.342 |

Meta cumulativa: Sim

PARA

4183 Gestão do Sistema Penitenciário

Órgão/Unidade: SEJUPEN

Meta: vagas criadas

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Pioneiro | Oeste | Sulente | Sudeste | Estado | |
|---------|------------------|-----------------|------------|---------------------------|-----------|---------------|----------------|-------|---------|---------|--------|--------|
| unidade | 140 | 540 | 522 | 2.680 | 2.260 | 2.300 | 480 | 755 | 540 | 1.100 | | 11.830 |

Meta cumulativa: Sim

Quantidade por Mesorregião

Participação do total de vagas previstas para o Sistema Penitenciário considerando a construção de novas unidades.

Desenvolvimento Integrado da Cidadania / PDS-Cidadania - SEJU

DE

4184 Ações do FUPEN

Órgão/Unidade: SEJUFUPEN

Meta: ações com programas de recuperação elaborados/compostados

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Pioneiro | Oeste | Sulente | Sudeste | Estado | |
|---------|------------------|-----------------|------------|---------------------------|-----------|---------------|----------------|-------|---------|---------|--------|--------|
| unidade | 0 | 792 | 540 | 8.311 | 0 | 3.264 | 0 | 2.014 | 0 | 908 | 0 | 15.408 |

Meta cumulativa: Não

PARA

4184 Ações do FUPEN

Órgão/Unidade: SEJUFUPEN

Meta: ações com programas de recuperação elaborados/compostados

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Pioneiro | Oeste | Sulente | Sudeste | Estado | |
|---------|------------------|-----------------|------------|---------------------------|-----------|---------------|----------------|-------|---------|---------|--------|-------|
| unidade | | 730 | 340 | 2.700 | | 750 | | 600 | | 430 | 6 | 5.300 |

Meta cumulativa: Não

Quantidade por Mesorregião

A alteração da quantidade prevista para os próximos exercícios vem da necessidade do aumento de centros de trabalho nas unidades de regime fechado, e da contratação de servidores para o acompanhamento das atividades nos centros de trabalho.

Gestão Estratégica

DE

3048 Saneamento para Proteção da Saúde - FUNASA

Órgão/Unidade: SCELDER

Meta: canteiros calibrados

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Pioneiro | Oeste | Sulente | Sudeste | Estado | |
|---------|------------------|-----------------|------------|---------------------------|-----------|---------------|----------------|-------|---------|---------|--------|----|
| unidade | 0 | 1 | 2 | 3 | 3 | 0 | 1 | 2 | 6 | 1 | 6 | 14 |

Meta cumulativa: Não

PARA

3048 Saneamento para Proteção da Saúde - FUNASA

Órgão/Unidade: SCELDER

Meta: canteiros calibrados

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Pioneiro | Oeste | Sulente | Sudeste | Estado | |
|---------|------------------|-----------------|------------|---------------------------|-----------|---------------|----------------|-------|---------|---------|--------|----|
| unidade | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 2 | 2 | | 12 |

Meta cumulativa: Não

Quantidade por Mesorregião

Redistribuição de projetos de canteiros e saneamento com o Ministério da Saúde (FUNASA) por região, para execução de obras de Ampliação/Implementação de Sistemas de Saneamento de Água e Sistema de Saneamento Saneário.

DE

3015 Modernização e Expansão de Fomento
Meta: carga movimentada

Órgão/Unidade: RML/FERRONESTE

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Fluminense | Oeste | Suldeste | Sudeste | Total | |
|---------|---------------------|--------------------|------------|------------------------------|-----------|---------------|------------------|-----------|----------|---------|-------|-----------|
| Unidade | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7.320.000 | 0 | 0 | 0 | 7.320.000 |

Meta acumulativa: Não

PARA

3015 Modernização e Expansão de Fomento
Meta: carga movimentada

Órgão/Unidade: RML/FERRONESTE

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Fluminense | Oeste | Suldeste | Sudeste | Total | |
|---------|---------------------|--------------------|------------|------------------------------|-----------|---------------|------------------|-----------|----------|---------|-------|-----------|
| Unidade | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.310.000 | 0 | 0 | 0 | 3.310.000 |

Meta acumulativa: Não

Quantidade por Mesorregião

Adequação das quantidades de cargas movimentadas considerando a capacidade atual de tráfego da Ferraeste.

Paraná Competitivo - SEM

DE

4233 Verificação e Fiscalização Metrologica e de Qualidade
Meta: Instrumentos de medida aferidos e/ou recalibrados/verificados/calibrados

Órgão/Unidade: SEM/PEM

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Fluminense | Oeste | Suldeste | Sudeste | Total | |
|---------|---------------------|--------------------|------------|------------------------------|-----------|---------------|------------------|-----------|----------|---------|-------|------------|
| Unidade | 0 | 0 | 1.216.770 | 4.708.738 | 0 | 2.480.773 | 0 | 1.191.259 | 0 | 0 | 0 | 10.506.540 |

Meta acumulativa: Não

PARA

4233 Verificação e Fiscalização Metrologica e de Qualidade
Meta: Instrumentos de medida aferidos e/ou recalibrados/verificados/calibrados

Órgão/Unidade: SEM/PEM

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Fluminense | Oeste | Suldeste | Sudeste | Total | |
|---------|---------------------|--------------------|------------|------------------------------|-----------|---------------|------------------|--------|----------|---------|-------|---------|
| Unidade | 0 | 0 | 43.027 | 276.539 | 0 | 143.790 | 0 | 56.825 | 0 | 0 | 0 | 479.481 |

Meta acumulativa: Não

Quantidade por Mesorregião

Adequação das quantidades em razão de nova estrutura criada pelo INMETRO de avaliação preliminar quantidades e fiscalização de produtos, bem como refinanciamento de verbas, insumos e colaborações conforme previsto no plano.

Paraná: Esporte, Lazer e Atividade Física

DE

4188 Implementação dos Programas de Esporte, Lazer e Atividade Física
Meta: prática esportiva

Órgão/Unidade: SEESP/PE

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Fluminense | Oeste | Suldeste | Sudeste | Total | |
|---------|---------------------|--------------------|------------|------------------------------|-----------|---------------|------------------|-------|----------|---------|-----------|-----------|
| Unidade | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.323.337 | 1.323.337 |

Meta acumulativa: Não

PARA

4188 Implementação dos Programas de Esporte, Lazer e Atividade Física
Meta: prática esportiva

Órgão/Unidade: SEESP/PE

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Fluminense | Oeste | Suldeste | Sudeste | Total | |
|---------|---------------------|--------------------|------------|------------------------------|-----------|---------------|------------------|--------|----------|---------|-------|---------|
| Unidade | 18.206 | 13.388 | 14.421 | 15.818 | 14.241 | 15.888 | 14.211 | 14.418 | 14.211 | 14.226 | 0 | 148.740 |

Meta acumulativa: Não

Meta, Unidade de Medida e Quantidade por Mesorregião

Foram recebidas as metas, levando-se em conta a necessidade de alteração no número de participantes.

Paraná: Esporte, Lazer e Atividade Física

INCLUSÃO

4188 Implementação dos Programas de Esporte, Lazer e Atividade Física
Meta: Participante atendido

Órgão/Unidade: SEESP/PE

| | Centro Ocidental | Centro Oriental | Centro Sul | Metropolitana de Curitiba | Horizonte | Norte Central | Norte Fluminense | Oeste | Suldeste | Sudeste | Total | |
|---------|---------------------|--------------------|------------|------------------------------|-----------|---------------|------------------|---------|----------|---------|-------|---------|
| Unidade | 75 | 0 | 110 | 500 | 800 | 800 | 200 | 111.000 | 500 | 80 | 0 | 114.525 |

Meta acumulativa: Não

Meta, Unidade de Medida e Quantidade por Mesorregião

Com a criação da Secretaria de Estado do Esporte, foram abertos novos projetos e atividades voltados para o esporte, lazer e atividade física.

✓

f

f

f



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 149/2013

Altera os arts. 2º e 18 da Lei nº 17.465, de 2013, que autorizou o Poder Executivo a instituir a empresa sob a denominação de IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ.

Art. 1º O *caput* do art. 2º da Lei nº 17.465, de 2 de janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ terá por finalidade e competência, além de outras atividades compatíveis com suas finalidades institucionais:”

Art. 2º O inciso VIII do art. 2º da Lei nº 17.465, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“VIII – manter parque gráfico próprio para execução dos serviços gráficos necessários aos órgãos e entidades da administração pública estadual;”

Art. 3º Fica acrescido o inciso IX ao art. 2º da Lei nº 17.465, de 2013, com a seguinte redação:

“IX – editar e imprimir outras publicações de interesse público tais como revistas, livros, cartazes, folhetos, coleções de leis e decretos e demais impressos de interesse dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, Estados e Municípios, e demais entidades de interesse público.”

Art. 4º O § 4º do art. 2º da Lei nº 17.465, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º Para o atingimento de suas finalidades a IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ manterá parque gráfico próprio, bem como a estrutura necessária para prestação da certificação digital e mecânica de todos os atos e documentos públicos e privados, objeto de suas publicações e/ou guarda, e quando não se mostrar viável o atendimento da demanda solicitada, poderá,

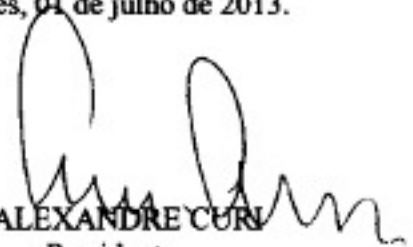

excepcionalmente e mediante justificativa expressa, contratar terceiro para auxiliá-lo através do devido processo legal.(NR)"

Art. 5º O art. 18 da Lei nº 17.465, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:


"Art. 18. Cabe ao Poder Executivo Estadual adotar as medidas necessárias à criação da empresa pública que cuida esta Lei no prazo de trezentos e sessenta e cinco dias contados da data da sua vigência."

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 01 de julho de 2013.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 218/2013

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito até o montante de R\$ 184.756.806,56, junto à Caixa Econômica Federal, para financiamento das obras de controle de cheias, relativas ao PAC 2 - Prevenção, no Programa Saneamento Para Todos, modalidade manejo das águas pluviais.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 184.756.806,56 (cento e oitenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e seis reais e cinquenta e seis centavos), destinado à execução de empreendimentos integrantes do PAC 2 - Prevenção, no Programa Saneamento Para Todos, modalidade manejo das águas pluviais, observado o disposto na Resolução nº 4.109, de 5 de julho de 2012, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações, bem como as demais disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada no *caput* serão, obrigatoriamente, aplicados na viabilização de despesas de capital, vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes ou dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente, em consonância com o § 1º do art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Para a garantia do principal e dos acessórios do financiamento pelo Estado do Paraná para a execução de obras, serviços e equipamentos, observada a finalidade indicada no art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar parcelas de quotas do Fundo de Participações dos Estados e ou do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e do produto da arrecadação de outros impostos, na forma da legislação em vigor, e, na hipótese de sua extinção, os fundos ou impostos que venham substituí-los, bem como, na sua insuficiência, parte dos depósitos bancários, conferindo ao agente financeiro os poderes bastantes para que as garantias possam ser prontamente exequíveis no caso de inadimplemento.

Parágrafo único. Os poderes previstos neste artigo só poderão ser exercidos pela Caixa Econômica Federal na hipótese de o Estado do Paraná não ter efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimo celebrados com a Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Para pagamento do principal, juros e outros encargos da operação de crédito, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a debitar na conta corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde serão efetuados os créditos dos recursos do Estado, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida e das tarifas bancárias, nos prazos contratualmente estipulados.

§ 1º O valor correspondente às tarifas bancárias aplicáveis à operação será o vigente à época da cobrança, constante da Tabela de Tarifas de Serviços Bancários – Pessoa Jurídica, que se encontra disponível em qualquer agência da Caixa Econômica Federal.

§ 2º No caso de os recursos do Estado não serem depositados na Caixa Econômica Federal, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar e posteriormente transferir os recursos a crédito da Caixa Econômica Federal, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no *caput*.

§ 3º Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1º do art. 60 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 5º O orçamento do Estado consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento das contrapartidas de responsabilidade do Estado e das despesas relativas à amortização de principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 01 de julho de 2013.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator





ANTEPROJETO DE LEI 49113

Súmula: Altera a redação do inciso IV do § 3º do art. 1º da Lei Estadual nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, para excluir a exigência de apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT aos convênios, acordos ou ajustes celebrados com entidades sem fins lucrativos e declaradas de utilidade pública.

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do inciso IV do § 3º do art. 1º da Lei Estadual nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º

.....


§ 3º

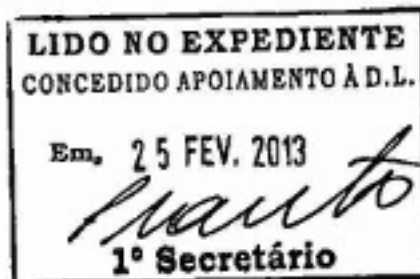
.....

IV – apresentação de certidões de regularidade fiscal, nos termos do art. 75 da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de março de 2007 e art. 29, incisos I a IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 19 de fevereiro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

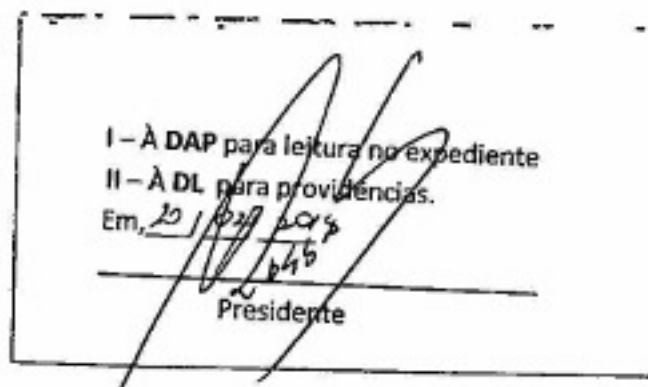


MENSAGEM

Nº 012/2013

Curitiba, 19 de fevereiro de 2013.

Senhor Presidente,



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva alterar, conforme específica, a redação do inciso IV do § 3º do art. 1º da Lei Estadual nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, para excluir a exigência de apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT aos convênios, acordos ou ajustes celebrados com entidades sem fins lucrativos e declaradas de utilidade pública.

A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, em razão da natureza de suas atribuições legais e por estar vinculada à execução de políticas públicas voltadas à assistência social e à defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, além de coordenar a execução de medidas socioeducativas, tem se valido, em muitas oportunidades, da cooperação de entidades privadas sem fins lucrativos para a execução descentralizada de suas competências.

Essa possibilidade de a Administração Pública, por meio de convênios, ajustes e outros instrumentos da chamada "administração consensual", poder somar esforços com organizações de natureza privada, vai ao encontro do atendimento de demandas sociais sempre crescentes, num contexto em que os recursos não crescem em igual ritmo. Por isso, a gestão pública atual encontra um importante sustentáculo na cooperação, na colaboração, sob regime de direito público, com as referidas entidades.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.11.688.515-8



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Sucede que alguns requisitos legais estabelecidos em leis genéricas com condição para a celebração desses vínculos com a Administração, podem, por vezes, causar lamentáveis embaraços na dinâmica do processo de cooperação acima mencionado.

É o que está ocorrendo em relação à Lei Estadual nº 16.244/2009, que autoriza o Poder Executivo a repassar recursos públicos, mediante convênio, acordo ou ajuste, a entidades sem fins lucrativos declaradas de utilidade pública. Especificamente no seu inciso IV do parágrafo 3º do artigo 1º, está disposto o seguinte:

"§ 3º. O repasse de que trata o *caput* deste artigo fica condicionado à satisfação dos seguintes requisitos:

(...)

IV – apresentação de certidões de regularidade fiscal, nos termos do art. 75 da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de março de 2007 e art. 29 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;"

As exigências apresentadas no art. 75 da Lei nº 15.608/07 eram as mesmas apresentadas pelo art. 29 da Lei nº 8.666/93. Todavia, em 7 de julho de 2011, foi publicada a Lei nº 12.440, que acrescentou ao artigo 29 da Lei nº 8.666/93 o inciso V, onde consta mais uma exigência, qual seja, a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

Como a Lei Estadual nº 16.244/09 está determinando expressamente o cumprimento do art. 29 da Lei nº 8.666/93, foi imediatamente necessário apresentar a CNDT como uma das condições para o repasse de recursos públicos a entidades sem fins lucrativos declaradas de utilidade pública.

A realidade, no entanto, tem demonstrado que essas entidades sem fins lucrativos, por enfrentarem dificuldades materiais, podem ficar à mercê de demandas judiciais, inclusive trabalhistas. Nesse caso, em razão da novidade trazida pela Lei nº 12.440/11, com a adição de mais uma certidão negativa – CNDT – como condição de aferição da regularidade da empresa licitante em certame promovido pela Administração Pública, as consequências foram graves. Inúmeras entidades privadas sem fins lucrativos foram impossibilitadas de receber recursos da Administração porque os débitos trabalhistas impedem a obtenção de CNDT. Mesmo quando ainda há oportunidade de o devedor interpor recurso contra a sentença condenatória ao pagamento do débito. É flagrante a violação ao direito constitucional à ampla defesa que, no caso de entidades carentes de recursos financeiros, não têm como defender seus direitos. Inclusive, vale mencionar que a Confederação Nacional das Indústrias – CNI ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei nº 12.440/11, junto ao Supremo Tribunal Federal, ADI 4716, alegando que a dita Lei afronta o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, bem como o princípio da livre-concorrência.

De todo modo, as entidades sem fins lucrativos não podem ser



confundidas com empresas privadas que visam lucro e que concorrem para serem contratadas pela Administração Pública. As entidades sem fins lucrativos, sobre as quais estamos tratando, têm o objetivo social humanista, beneficente, filantrópico e assistencial. Não perseguem o lucro quando celebram convênios com a Administração Pública, fazem-no com o intuito de colaborar na realização do bem comum, em defesa do interesse público primário. Além disso, vale lembrar, são entidades que já passaram por um crivo investigatório que lhes valeu a concessão do título de utilidade pública.

Assim, em razão de que a própria Lei 8.666/93, no art. 116, estabelece que suas disposições serão aplicáveis aos convênios "no que couber", entendemos cabível interpretar a norma legal no sentido de que a exigência pode ser aplicada para empresas privadas com fins lucrativos, mas para as que não têm fins lucrativos, não se justifica. Do contrário, inúmeras entidades, potencialmente capazes de colaborar com a Administração Pública na execução descentralizada de suas competências legais, ficarão impedidas de receber repasses de recursos públicos para tanto.

Tendo em vista o acima colocado, o Anteprojeto de Lei ora apresentado especifica que, nos casos da Lei nº 16.244/2009, incide apenas os incisos I a IV do artigo 29 da Lei Federal nº 8.666/1993, excluindo-se a exigência do inciso V desta Lei, que trata da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

Em razão do exposto é que submeto à apreciação dessa Casa de Leis o anexo Anteprojeto de Lei reiterando, mais uma vez, que essa iniciativa se refere a uma Lei Estadual específica para entidades privadas sem fins lucrativos e declaradas de utilidade pública.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida, voltar

Página para impressão

Exibir Ato

Alterado Compilado Original 1

Lei 16244 - 22 de Outubro de 2009

Publicado no Diário Oficial nº. 8082 de 22 de Outubro de 2009

Súmula: Autoriza o Poder Executivo realizar repasse de recursos públicos, mediante convênio, acordo ou ajuste a entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar repasse de recursos públicos, mediante convênio, acordo ou ajuste a entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 1º. ...Vetado...

§ 2º. ...Vetado...

§ 3º. O repasse de que trata o "caput" deste artigo fica condicionado à satisfação dos seguintes requisitos:

I - identificação da ação a ser executada;

II - plano de aplicação dos recursos financeiros, assinado pelo presidente da entidade e pelo contador responsável;

III - previsão de início e fim de execução da ação e da conclusão das etapas ou fases programadas;

IV - apresentação de certidões de regularidade fiscal, nos termos do art. 75 da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de março de 2007 e art. 29 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993;

V - existência de sistema de contabilidade, sob a responsabilidade declarada de profissional habilitado na entidade recebedora;

VI - declaração da entidade recebedora de manutenção e guarda em boa conservação e ordem os documentos referentes aos pagamentos efetuados que ficarão a disposição do Tribunal de Contas do Paraná para inspeção dos auditores em relação dos recursos recebidos e suas aplicações.

§ 4º. ...Vetado...

§ 5º. ...Vetado...

§ 6º. Anualmente deverão ser publicados os balanços correspondentes ao resultado das aplicações dos recursos recebidos e também divulgados no site oficial do Governo do Estado.

§ 7º. ...Vetado...



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 49/2013

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado PEDRO LUPION

Súmula: Altera a redação do inciso IV do §3º do art.1º da Lei Estadual nº 16.244/2009, para excluir a exigência de apresentação da certidão negativa de débitos trabalhistas aos convênios, acordos ou ajustes celebrados com entidade sem fins lucrativos e declaradas de Utilidade Pública.

EMENTA: PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO PARA ALTERAR A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 16.244/2009- POSSIBILIDADE - LEGITIMIDADE AFERIDA - ARTS. 65, 66 E 87 DA CE - ART. 61 DA CF - ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP - CONSTITUCIONAL - PARECER PELA APROVAÇÃO.

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) n.49/13, de autoria do PODER EXECUTIVO tem por escopo alterar o Artigo 1º da Lei Estadual nº 16.244/2009, para excluir a exigência de apresentação da certidão negativa de débitos trabalhistas aos convênios, acordos ou ajustes celebrados com entidade sem fins lucrativos e declaradas de Utilidade Pública.

-1-

Concedido vista.

Em 26 / 02 / 2013

Dip. Pedro Lupion

CCJ



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



De acordo com a justificativa encaminhada com a mensagem do Poder Executivo, a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS), em razão da natureza de suas atribuições legais e por estar vinculada à execução de políticas públicas voltadas à assistência social, por muitas vezes conta com a cooperação de entidades privadas sem fins lucrativos para a execução descentralizada de suas competências.

Aduz que a atual administração pública encontra importante sustentáculo na cooperação, na colaboração, sob regime de direito público, com as mencionadas entidades.

Ainda, argumenta que alguns requisitos legais estabelecidos em leis genéricas com condição para a celebração desses vínculos com a Administração podem, por vezes, causar lamentáveis embaraços na dinâmica do processo de cooperação.

Menciona que a redação da Legislação que se pretende alterar vem causando embaraço ao obrigar a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), dificultando a celebração dos convênios e demais parcerias com as entidades privadas sem fins lucrativos e outras.

Desta forma, o Projeto de Lei em análise específica que nos casos da Lei nº 16.244/2009, incide apenas os incisos I a IV do artigo 29 da Lei Federal nº 8.666/1993, excluindo-se a



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



exigência do inciso V desta Lei, que trata da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Uma vez encaminhada a mensagem e consequente apresentação do PL a esta Casa Legislativa, o referido fora encaminhado a esta Comissão nos termos do Regimento Interno, cabendo a este Parlamentar a relatoria.

É O RELATÓRIO.

II - VOTO DO RELATOR

A função do controle preventivo dos Projetos de Lei, exercido por esta Comissão é exatamente evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação. Fala-se, destarte, unanimemente em integridade do ordenamento jurídico e proteção da supremacia da Constituição e da superioridade hierárquica do direito federal em relação ao estadual.¹

¹ A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o importante papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: *'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá*



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Compete, assim, se pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação da matéria sob exame, nos termos do que prevê o 33-A, inciso I², do Regimento Interno.

Realizadas estas considerações iniciais passo a analisar o juízo de adequação procedimental em relação a Constituição Estadual e a Constituição da República, verificando a constitucionalidade formal do presente projeto de Lei.³

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia [sic], ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia [sic], sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16^a.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)

² Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

³ Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: '[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia [sic] Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Ultrapassada a questão da iniciativa, a análise detida da proposição, revela não existirem problemas relativos aos aspectos a observar nesta oportunidade. Ou seja, quanto ao conteúdo, também não vislumbro nenhuma incompatibilidade entre o que ali se propõe e as regras e princípios do texto constitucional vigente.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

De um modo geral, balizo como positiva a matéria proposta, de modo que ao não se confrontarem deixam de emanar a necessidade de emendamento ou propositura de substitutivo, podendo ser aprovadas integralmente.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Assim, entendendo pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 49/13.

É O VOTO.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 49/2013, de autoria do Poder Executivo, em virtude de sua LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2013.

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

**VOTO
CONTRARIO
AO PARECER**

Deps Periles
mello

Elton D

APROVADO

16.04.13 R



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 049/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 012/2013 que altera a redação do inciso IV do §3º do art. 1º da Lei Estadual nº 16.244/2009, para excluir a exigência de apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas aos Convênios, acordos ou ajustes celebrados com entidades sem fins lucrativos e declaradas de utilidade pública.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Governador é muito importante, uma vez que as entidades sem fins lucrativos, tem o objetivo social humanista, beneficente, filantrópico e assistencial.

Insta ressaltar que objetiva o autor da proposta alterar o art. 1º da Lei nº 16.244/09, visando excluir a exigência de apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT aos convênios, acordos ou ajustes celebrados com entidade sem fins lucrativos e declaradas de Utilidade Pública.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Seguindo na análise da referida matéria, devemos observar que em relação ao questão do impacto financeiro e orçamentário que é tratado na Lei Complementar Federal nº 101/00, (Lei de Responsabilidade Fiscal), nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

CONCLUSÃO

Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 15/05/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 49/13

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo - Mensagem nº 12 / 13 - tem por finalidade alterar a redação do inciso 3º, do artigo 1º, da Lei Estadual nº 16.244 / 09, para excluir a exigência de apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas aos convênios, acordos ou ajustes celebrados com entidades sem fins lucrativos e declaradas de utilidade pública.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a opinar, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 2013.

DEPUTADO NELSON GARCIA
Presidente

Relator
CURI

ADELINO

PASTOR EDSON



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



| | |
|-----------------------|----------------|
| Emenda de Plenário nº | 01 |
| DAP | 29 MAIO 2013 |
| Visto | <i>Audicio</i> |

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 49/13

O Projeto de Lei nº 49/13, de autoria do Poder Executivo, passa a contar com a seguinte redação:

Súmula: Altera a redação do inciso IV do § 3º do art. 1º da Lei Estadual nº 16.244, de 22 de outubro de 2009 e insere o § 4º ao art. 1º da mesma Lei.

Art. 1º. Fica alterada a redação do inciso IV do § 3º do art. 1º da Lei Estadual nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“IV – apresentação de certidões de regularidade fiscal, nos termos do art. 75 da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de março de 2007 e art. 29, incisos I a V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993.”

Art. 2º. Acresce o § 4º ao art. 1º da Lei Estadual nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, renumerando os demais.

“§ 4º. Nos termos do disposto no § 1º do art. 642-A do Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a certidão negativa de débitos trabalhistas, prevista no inciso V da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993, a que se refere o inciso IV do art. 1º desta Lei, não é expedida apenas quando em nome do interessado/entidade constar o inadimplemento de obrigações

10:26 29/05/2013 004968 MP ASSUNTO: LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado proferida pela Justiça do Trabalho ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou ainda, constar o inadimplemento de obrigações decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia."

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2013.

[Assinatura]
Dep. Kauçiana

[Assinatura]
Tadeu Venori

Deputado Estadual

[Assinatura]
Dep. Walter

[Assinatura]
Dep. Prof. Genes

[Assinatura]
Dep. Tonio Jervi



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre a EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL apresentada em plenário de autoria do DEPUTADO TADEU VENERI apresentada no Projeto de Lei nº 49/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO que *ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO IV DO §3º DO ART.1º DA LEI ESTADUAL Nº 16.244/2009, PARA EXCLUIR A EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS AOS CONVÊNIOS, ACORDOS OU AJUSTES CELEBRADOS COM ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS E DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA.*

Relator: Deputado PEDRO LUPION

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) n.49/13, de autoria do PODER EXECUTIVO tem por escopo alterar o Artigo 1º da Lei Estadual nº 16.244/2009, para excluir a exigência de apresentação da certidão negativa de débitos trabalhistas aos convênios,

-1-

VISTA EM 04/06/2013

Dep. Elton Ulter
Ordineu
col



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



acordos ou ajustes celebrados com entidade sem fins lucrativos e declaradas de Utilidade Pública.

De acordo com a justificativa encaminhada com a mensagem do Poder Executivo, a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS), em razão da natureza de suas atribuições legais e por estar vinculada à execução de políticas públicas voltadas à assistência social, por muitas vezes conta com a cooperação de entidades privadas sem fins lucrativos para a execução descentralizada de suas competências.

Aduz que a atual administração pública encontra importante sustentáculo na cooperação, na colaboração, sob regime de direito público, com as mencionadas entidades.

Ainda, argumenta que alguns requisitos legais estabelecidos em leis genéricas com condição para a celebração desses vínculos com a Administração podem, por vezes, causar lamentáveis embaraços na dinâmica do processo de cooperação.

Menciona que a redação da Legislação que se pretende alterar vem causando embaraço ao obrigar a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), dificultando a celebração dos convênios e demais parcerias com as entidades privadas sem fins lucrativos e outras.

Desta forma, o Projeto de Lei em análise especifica que nos casos da Lei nº 16.244/2009, incide apenas os incisos I a



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



IV do artigo 29 da Lei Federal nº 8.666/1993, excluindo-se a exigência do inciso V desta Lei, que trata da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Uma vez encaminhada a mensagem e consequente apresentação do PL a esta Casa Legislativa, o referido fora encaminhado a esta Comissão nos termos do Regimento Interno.

O projeto de Lei recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, o qual este Parlamentar foi relator. Cumpre-me mencionar que houve voto contrário ao parecer do Deputado Péricles de Mello (PT).

Após, tramitou nas seguintes comissões temática: (1) finanças; Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais, recebendo parecer favorável em todas.

Em plenário o Líder da Oposição, Deputado TADEU VENERI (PT), apresentou emenda substitutiva geral em plenário buscando manter a exigência da Certidão Negativa Trabalhista (CNDT), prevista no inciso V da Lei Federal 8666/1993, e em seu artigo procura acrescentar o conceito de CNDT.

É O RELATÓRIO.



II - VOTO DO RELATOR

A função do controle preventivo dos Projetos de Lei, exercido por esta Comissão¹ é exatamente evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Fala-se, destarte, unanimemente em integridade do ordenamento jurídico e proteção da supremacia da Constituição e da superioridade hierárquica do direito federal em relação ao estadual.

Em um primeiro momento, válido mencionar que entendo que a competência outorgada pelo RI desta Casa de Leis a esta comissão, quando determina a análise da constitucionalidade das proposições, o Parlamentar deve analisá-la amplamente, tanto em seus aspectos formais como materiais.

¹ A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: *'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'*. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Em linguagem jurídica, ao fazer menção ao aspecto material de determinado fenômeno, está se referindo ao conteúdo, à matéria por este abordada; enquanto ao mencionar um aspecto formal, está se enfocando o mecanismo através do qual este fenômeno teve origem.

A constitucionalidade material² é observada quando o conteúdo de um ato jurídico obedece às disposições da Constituição Federal. A constitucionalidade formal³, por sua vez, surge quando na elaboração de um ato verificam-se os procedimentos previstos pela Carta Magna.

Compete, assim, se pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação do projeto da emenda substitutiva, apresenta no PL em apreço, nos termos do que prevê o 33-A, inciso I⁴, do Regimento Interno.

² Em relação a constitucionalidade material V. LANZA, Pedro. Op. cit. p.254, o qual menciona que: '[...] o vício material (de conteúdo, substancial ou doutrinário) diz respeito à 'matéria', ao conteúdo do ato normativo. Assim, aquele ato normativo que afronta qualquer preceito ou princípio da Lei Maior deverá ser declarado inconstitucional, por possuir um vício material.'

³ A inconstitucionalidade em nível formal ocorrerá quando observar-se o oposto disto, podendo incluir não apenas vícios no procedimento em si, mas também vícios de competência, abrangendo normas criadas por pessoas sem legitimidade para legislar em função de óbice imposto pela Constituição Federal. Acerca do assunto V. Alexandrino, Marcelo. Paulo, Vicente. *Resumo de direito constitucional descomplicado*. 2. ed. São Paulo: Método, 2009. p. 300.

⁴ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Realizadas estas considerações iniciais passo a analisar o juízo de adequação procedimental em relação a Constituição Estadual e a Constituição da República, verificando a constitucionalidade formal e material da presente emenda.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Ainda, o Regimento Interno, em seu art. 137, §2, prevê a possibilidade em se oferecer Emendas substitutivas às proposições.

Logo, em relação a legitimidade, e a oportunidade (tempestivamente falando) não se encontra qualquer óbice.

Porém, analisando atentamente a proposição se verifica que a mesma não tem possibilidade jurídica de prosperar.

Conforme se verifica, e já mencionado no Relatório do presente parecer o Poder Executivo busca suprimir a exigência

face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



de apresentação da certidão negativa de débitos trabalhistas aos convênios, acordos ou ajustes celebrados com entidade sem fins lucrativos e declaradas de Utilidade Pública.

Neste sentido, cumpre-me mencionar o texto original da Legislação que se busca alterar, no caso a Lei Estadual n. 16.244/2009, art. 1º, §3º, inciso IV:

[...]

§ 3 . O repasse de que trata o caput deste artigo fica condicionado à satisfação dos seguintes requisitos:

[...]

IV - apresentação de certidões de regularidade fiscal, nos termos do art. 75 da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de março de 2007 e art. 29 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993;

[...]

Desta forma, a documentação exigida para o repasse de recursos públicos, engloba os cinco incisos do artigo 29 da Lei Federal 8.666/93, ou seja, o dispositivo integral, constatando-se inclusive que dentre as exigências a CNDT, conforme o inciso V. Senão vejamos:

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:
(Redação dada pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência)

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

V - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943.

A proposição do Poder Executivo menciona:

Art. 1º [...]

IV - apresentação de certidões de regularidade fiscal, nos termos do art. 75 da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de março de 2007 e art. 29, incisos I a IV, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993;

Por lógica, excluindo-se então a exigência contida no inciso V do artigo 29 da Lei 8.666/1993.

Já a emenda em apreço, busca na verdade manter a exigência, conforme o texto apresentado, senão vejamos:

Art. 1º [...]

IV- apresentação de certidões de regularidade fiscal, nos termos do art. 75 da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de março de 2007 e art. 29, incisos I a V, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993;



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



A proposição esbarra na própria racionalidade considerando que busca manter a exigência da CNDT, descaracterizando por completo os propósitos e motivos para a existência do Projeto de Lei, bem como, sequer traz inovação ao ordenamento jurídico Estadual, não havendo coerência na alteração que se busca com a mesma.

Destarte o que se verifica é que a Emenda Substitutiva apresentada busca na verdade a rejeição do Projeto de Lei, mantendo os termos da Legislação já existente, e assim considerado deve-se ter em mente que a proposição de Emendas não é a maneira correta para buscar a rejeição de Projetos de Leis.

Já em relação ao artigo 2º da Emenda Substitutiva, o texto resta inócuo mesmo que mantida a exigência da apresentação da CDNT, para repasse de verbas públicas, uma vez que traz o conceito da mencionada Certidão, a previsão legal e as possibilidades e formas em que são expedidas.

Esses conceitos já estão devidamente estabelecidos no Ordenamento Jurídico, sendo desnecessária sua reprodução na legislação que se propõem alterar, bem como sua manutenção geraria conflito com a Lei Federal 95/98, em relação a técnica legislativa.

Por fim, cumpre-me mencionar a ausência de justificativa na proposição apresentada, apresentando vício de adequação regimental, conciliado o fato de a emenda ser uma proposição



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



e o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná determinar que: *'As proposições deverão ser seguidas de justificações sucintas e, quando citarem uma lei ou artigo de lei deverão transcrevê-los por extenso, em seguida da justificativa.'* (V. art. 117, §5º)


Assim, a Emenda Substitutiva não tem possibilidade de prosperar considerando o vício de legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural.


É O VOTO.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela REJEIÇÃO da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL apresentada em plenário de autoria do DEPUTADO TADEU VENERI, apresentada no Projeto de Lei nº 49/2013.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2013.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator


VOTO
CONTRARIO
AO PARECER


Dep. Elton Walter
Pericles Mello

11106/13

Página 10 de 10

APROVADO

11106/13


Dep. Edson



PROJETO DE LEI Nº 541 /2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 30 OUT. 2012



1º Secretário

Súmula: Declara de Utilidade Pública a APROSDAM – Associação dos Produtores Rurais de São Damião, com sede e foro no município de Campina do Simão-Pr.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a entidade denominada APROSDAM – Associação dos Produtores Rurais de São Damião, com sede e foro no município de Campina do Simão, Estado do Paraná.

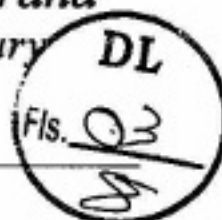
Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 2012.


ARTAGÃO JÚNIOR
DEPUTADO ESTADUAL
Presidente em Exercício



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 16.888/2011, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cívis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná, estamos apresentando a presente proposição, para declarar de Utilidade Pública a **APROSDAM – Associação dos Produtores Rurais de São Damião**, com sede e foro no município de Campina do Simão, Estado do Paraná.

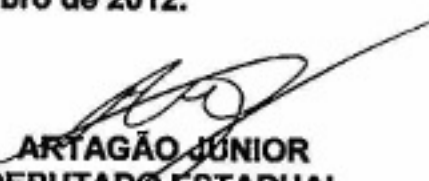
Fundada em 20 de maio de 1997, a entidade tem por objetivo e finalidade, de acordo com seu estatuto, promover a prestação, pela entidade, de qualquer serviço que possa contribuir para o fomento e racionalização de atividades da agricultura e pecuária, melhorar a condição de vida dos seus integrantes, com especial ênfase na divulgação de matérias relacionadas a técnicas de produção e manejo, mercado e preços, melhoria de qualidade e de produtividade.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Declaração

EU, ARTAGÃO JÚNIOR, Deputado Estadual, **DECLARO** para os fins do disposto no Art. 2º da Lei 16.888 de 01/08/11 que conheço os serviços sociais prestados pela requerente dentro da sua finalidade de prestar serviços que possam contribuir para o fomento e a racionalização de atividades da agricultura e pecuária.

Curitiba, em 30 de outubro de 2012.


ARTAGÃO JÚNIOR
DEPUTADO ESTADUAL
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 541/2012

Projeto de Lei nº. 541/2012
Autor: Deputado Artagão Junior

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a APROSDAM- Associação dos Produtores Rurais de São Damião, com sede e foro no Município de Campina do Simão- Pr.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA
FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM
ANEXO.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Artagão Junior, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores Rurais de São Damião - APROSDAM, com sede no Município de Campina do Simão e foro no Município de Guarapuava, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o foro da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça





CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.


Sala das Comissões, em 04 de Junho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba/PR

APROVADO

04/06/13 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 541/2012

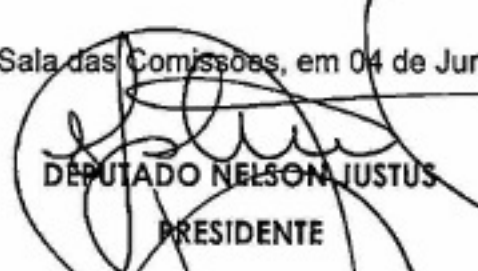
De acordo com o que determinam o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 541/2012, passa a contar com a seguinte redação:

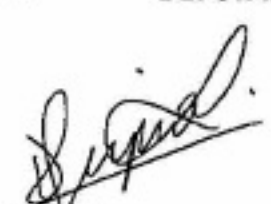
"SÚMULA - Declara de Utilidade Pública Estadual a **Associação dos Produtores Rurais de São Damião - APROSDAM**, com sede no município de Campina do Simão e foro no município de Guarapuava, Estado do Paraná".


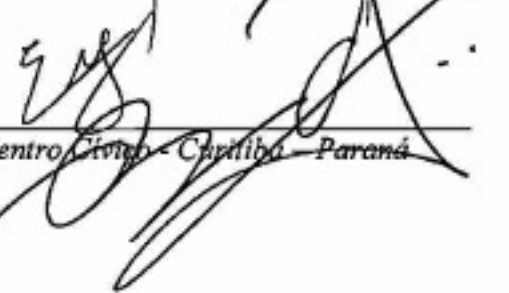
Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores Rurais de São Damião - APROSDAM, com sede no município de Campina do Simão e foro no município de Guarapuava, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04 de Junho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ANEXO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1113

Súmula: Dispõe sobre o Piso Salarial dos Professores da Rede Estadual de Educação Básica do Estado do Paraná, em virtude do reajuste do Piso Nacional – Lei Federal nº 11.738/2008 e equiparação do salário de ingresso de professores ao dos Agentes Profissionais do Quadro Próprio do Poder Executivo.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Incidirá o percentual de 0,6% (zero vírgula seis por cento), a partir do dia primeiro do mês de maio de 2013, sobre a classe 1 do Nível I/F6 de ingresso na Tabela de Jornada de 20 (vinte) horas semanais, com reflexo nos intervalos e interclasses da Tabela, e mesmos reflexos na Tabela de Jornada de 40 (quarenta) horas, com inicial de R\$ 1.119,43 (um mil, cento e dezenove reais e quarenta e três centavos) para a Tabela de 20 (vinte) horas, e R\$ 2.238,86 (dois mil, duzentos e trinta e oito reais e oitenta e seis centavos) para a Tabela de 40 (quarenta) horas, conforme Anexo I, desta Lei.

Art. 2º Incidirá o percentual de 3,94% (três vírgula noventa e quatro por cento), a partir do dia primeiro do mês de outubro de 2013, sobre a classe 1 do Nível I/F6 de ingresso na Tabela de Jornada de 20 (vinte) horas semanais, com reflexo nos intervalos e interclasses da Tabela, e mesmos reflexos na Tabela de Jornada de 40 (quarenta) horas, com inicial de R\$ 1.163,54 (um mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta e quatro centavos) para a tabela de 20 (vinte) horas, e R\$ 2.327,08 (dois mil trezentos e vinte e sete reais e oito centavos) para a Tabela de 40 (quarenta) horas, conforme Anexo II, desta Lei.

Art. 3º As disposições da presente Lei aplicam-se também aos servidores inativos e geradores de pensão, regidos pela Lei Complementar nº 103/2004, à exceção dos benefícios previdenciários concedidos sem direito à isonomia e paridade, nos termos da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 4º A implantação em Folha de Pagamento, constante da presente Lei, fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira da Administração, e às disposições contidas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio do Governo, em 19 de junho de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



ANEXO I – LEI COMPLEMENTAR N.º 120/13
TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO E REMUNERAÇÃO
CARRERA DO QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO – QPM

AUXÍLIO TRANSPORTE 24% do Nível I - Classe 5 (Art. 26) 326,94

| TABELA JORNADA 26 HORAS | | | | | | | | | | | |
|-------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| CLASSES - Maio/2013 | | | | | | | | | | | |
| NÍVEL | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
| NÍVEL III | 2.353,26 | 2.512,93 | 2.638,57 | 2.770,50 | 2.899,03 | 3.054,48 | 3.207,20 | 3.367,56 | 3.536,94 | 3.712,74 | 3.896,37 |
| NÍVEL I / I / G7 | 1.399,20 | 1.469,28 | 1.542,72 | 1.619,66 | 1.700,85 | 1.785,89 | 1.875,18 | 1.968,54 | 2.067,39 | 2.170,76 | 2.279,20 |
| NÍVEL I / F6 INGRESSO | 1.139,43 | 1.176,41 | 1.224,18 | 1.265,88 | 1.302,88 | 1.428,71 | 1.500,15 | 1.575,18 | 1.653,91 | 1.736,61 | 1.823,44 |

AUXÍLIO TRANSPORTE 24% do Nível I - Classe 5 (Art. 26) 653,12

| TABELA JORNADA 46 HORAS | | | | | | | | | | | |
|-------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| CLASSES - Maio/2013 | | | | | | | | | | | |
| NÍVEL | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
| NÍVEL III | 4.796,52 | 5.025,83 | 5.277,14 | 5.541,00 | 5.818,08 | 6.108,90 | 6.414,40 | 6.735,12 | 7.071,88 | 7.425,48 | 7.796,74 |
| NÍVEL I / I / G7 | 2.798,68 | 2.938,52 | 3.088,64 | 3.250,72 | 3.401,70 | 3.571,78 | 3.750,36 | 3.937,88 | 4.134,78 | 4.341,55 | 4.558,80 |
| NÍVEL I / F6 INGRESSO | 2.238,86 | 2.350,82 | 2.468,36 | 2.591,76 | 2.721,26 | 2.857,42 | 3.000,30 | 3.150,32 | 3.307,82 | 3.473,22 | 3.646,80 |

SEM INGRESSO

| TABELA JORNADA 26 HORAS | | | | | | | | | | | |
|-------------------------|--------|--------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| NÍVEL | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
| NÍVEL ESPECIAL III / E5 | 951,52 | 996,09 | 1.049,05 | 1.101,50 | 1.159,28 | 1.214,41 | 1.275,13 | 1.338,68 | 1.406,83 | 1.476,12 | 1.546,92 |
| NÍVEL ESPECIAL II / D4 | 838,58 | 881,55 | 925,63 | 971,91 | 1.020,51 | 1.071,23 | 1.125,11 | 1.181,27 | 1.240,43 | 1.302,46 | 1.367,58 |
| NÍVEL ESPECIAL I / C3 | 783,80 | 822,78 | 863,92 | 907,12 | 952,47 | 1.000,10 | 1.050,10 | 1.102,61 | 1.157,74 | 1.215,63 | 1.276,41 |

SEM INGRESSO

| TABELA JORNADA 46 HORAS | | | | | | | | | | | |
|-------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| NÍVEL | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
| NÍVEL ESPECIAL III / E5 | 1.903,04 | 1.992,18 | 2.088,10 | 2.203,00 | 2.312,16 | 2.428,82 | 2.550,28 | 2.677,78 | 2.811,58 | 2.952,24 | 3.099,84 |
| NÍVEL ESPECIAL II / D4 | 1.679,16 | 1.743,10 | 1.851,26 | 1.943,82 | 2.041,02 | 2.143,06 | 2.250,22 | 2.362,74 | 2.480,89 | 2.604,92 | 2.735,16 |
| NÍVEL ESPECIAL I / C3 | 1.567,20 | 1.645,58 | 1.727,84 | 1.814,24 | 1.904,94 | 2.000,20 | 2.100,20 | 2.205,22 | 2.315,48 | 2.431,28 | 2.552,82 |

SEM INGRESSO



ANEXO II - LEI COMPLEMENTAR N.º 2013

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO E REMUNERAÇÃO

CARRERA DO QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO - QPM

AUXÍLIO TRANSPORTE 24% do Nível I - Classe 5 (Art. 26) : 358,43

| CLASSES - Outubro/2013 | | | | | | | | | | | |
|------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| NÍVELS | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
| NÍVEL III | 2.487,56 | 2.511,04 | 2.742,53 | 2.879,56 | 3.023,64 | 3.174,83 | 3.333,57 | 3.500,24 | 3.675,26 | 3.859,02 | 4.051,97 |
| NÍVEL II / G7 | 1.454,42 | 1.527,15 | 1.603,50 | 1.683,88 | 1.767,86 | 1.856,25 | 1.949,07 | 2.046,52 | 2.148,85 | 2.256,29 | 2.369,10 |
| NÍVEL I / F6 INGRESSO | 1.183,54 | 1.221,72 | 1.282,80 | 1.346,04 | 1.414,20 | 1.486,00 | 1.559,25 | 1.637,22 | 1.719,08 | 1.805,03 | 1.895,28 |

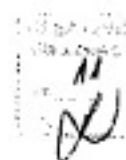
AUXÍLIO TRANSPORTE 24% do Nível I - Classe 5 (Art. 26) : 878,86

| CLASSES - Outubro/2013 | | | | | | | | | | | |
|------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| NÍVELS | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
| NÍVEL II | 4.075,12 | 5.223,08 | 5.485,06 | 5.750,32 | 6.047,28 | 6.346,66 | 6.687,14 | 7.000,48 | 7.380,52 | 7.718,04 | 8.103,94 |
| NÍVEL II / G7 | 2.908,84 | 3.054,30 | 3.207,00 | 3.367,36 | 3.535,72 | 3.712,50 | 3.888,14 | 4.093,04 | 4.287,70 | 4.512,58 | 4.738,20 |
| NÍVEL I / F6 INGRESSO | 2.327,06 | 2.443,44 | 2.565,80 | 2.692,88 | 2.825,56 | 2.970,00 | 3.116,50 | 3.274,44 | 3.435,16 | 3.610,06 | 3.790,56 |

| SEM INGRESSO | | | | | | | | | | | |
|------------------------|--------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| NÍVEL ESPECIAL II / E5 | 889,01 | 1.038,48 | 1.090,36 | 1.144,90 | 1.202,15 | 1.262,25 | 1.325,37 | 1.391,63 | 1.461,22 | 1.534,26 | 1.610,69 |
| NÍVEL ESPECIAL II / D4 | 872,85 | 918,29 | 962,10 | 1.010,21 | 1.060,72 | 1.113,75 | 1.169,44 | 1.227,91 | 1.289,31 | 1.353,77 | 1.421,49 |
| NÍVEL ESPECIAL I / C3 | 814,48 | 855,20 | 897,96 | 942,86 | 990,00 | 1.039,50 | 1.091,48 | 1.146,05 | 1.203,36 | 1.263,52 | 1.326,70 |


| SEM INGRESSO | | | | | | | | | | | |
|------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| NÍVEL ESPECIAL II / E5 | 1.078,02 | 2.016,02 | 2.160,76 | 2.280,80 | 2.404,30 | 2.524,50 | 2.650,74 | 2.783,26 | 2.922,44 | 3.068,56 | 3.221,99 |
| NÍVEL ESPECIAL II / D4 | 1.745,30 | 1.832,58 | 1.924,20 | 2.020,42 | 2.121,44 | 2.227,50 | 2.338,88 | 2.455,82 | 2.578,62 | 2.707,44 | 2.842,82 |
| NÍVEL ESPECIAL I / C3 | 1.628,96 | 1.710,40 | 1.795,92 | 1.885,72 | 1.980,00 | 2.079,00 | 2.182,96 | 2.292,10 | 2.406,70 | 2.527,04 | 2.653,40 |

SEM INGRESSO



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DECLARAÇÃO DE ORDENADOR 0640/2013

Confere com o original
SEEG/CTL, em 12/12/13
Ass. 

As despesas com o reajuste referente ao Piso Salarial dos professores da Rede Pública Estadual, estão alicerçadas à conta da Dotação orçamentária 4103.12368094.097 – Valorização da Educação Básica – Magistério, Fontes: 100 – Tesouro do Estado e/ou 145/FUNDEB.

| Data Base - Piso | | 2013 |
|-----------------------|--------|-------------------|
| Diferença para o piso | 0,585% | R\$ 14.867.033,75 |
| Piso / Outubro -2013 | 3,947% | R\$ 48.318.414,25 |
| TOTAL | | R\$ 63.185.448,00 |

As despesas estão aprovadas na Lei Orçamentária Anual de 2013 nº 17.398 de 18/12/2012, em consonância com o Plano Plurianual 2012 a 2015, Lei nº 17.013 e com o disposto no Art. 16, § 1º, Incisos I e II da Lei Complementar n.º 101 de 04/05/2000.

Curitiba, 17 de maio de 2013


Jorge Eduardo Wekerlin
Diretor Geral

Protocolo n.º 12.002.890-1



INFORMAÇÃO N.º 1831/ 2013

ASSUNTO: Piso Salarial - 2013

INTERESSADO: GRHS/SEED

PROTOCOLO: 12.002.890-1

Confere com o original

SEEG/CTL, em 18/10/13

Ass.

As despesas com reajuste, referente ao Piso Salarial dos professores da Rede Pública Estadual, estão alicerçadas à conta da Dotação orçamentária 4103.12368094.097 – Valorização da Educação Básica – Magistério, Fontes: 100 – Tesouro do Estado e/ou 145/FUNDEB.

| Data Base - Piso | | 2013 |
|-----------------------|--------|-------------------|
| Diferença para o piso | 0,585% | R\$ 14.867.033,75 |
| Piso / Outubro -2013 | 3,947% | R\$ 48.318.414,25 |
| TOTAL | | R\$ 63.185.448,00 |

As despesas estão aprovadas na Lei Orçamentária Anual de 2013 nº 17.398 de 18/12/2012, em consonância com o Plano Plurianual 2012 a 2015, Lei nº 17.013 e com o disposto no Art. 16, § 1º, Incisos I e II da Lei Complementar n.º 101 de 04/05/2000.

Curitiba, 17 de maio de 2013.

Marilei Moser
Chefe do GPS/SEED



09
J

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Confere com o original
SEEG/CTL, em 15/05/13
Ass. _____

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA DESPESA Nº 0442/2013

Eu, Jorge Eduardo Wekerlin, portador do R.G. nº. 3.867.491-1, atualmente no cargo em Comissão de Diretor Geral, na qualidade do ordenador de despesas da Secretaria de Estado da Educação, declaro, nos termos do QDD e informação de disponibilidade orçamentária e financeira, que a despesa abaixo identificada tem adequação com a Lei 8.686/93, está incluída no Plano Plurianual 2012/2015, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Declaro ainda, que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 e 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17, sendo que a mesma não causará impacto orçamentário e financeiro nos dois exercícios subsequentes e não ultrapassará os limites estabelecidos para o exercício financeiro de 2013.

Identificação da Despesa: Reajuste referente ao Piso Salarial dos professores da Rede Pública Estadual.

Dotação Orçamentária nº: 4103/12868094.097 Fontes de Recursos 100 e/ou 145

Curitiba, 17 de maio de 2013.


JORGE EDUARDO WEKERLIN
Diretor Geral



PREVISÃO DE IMPACTO NA DESPESA COM PESSOAL DA SEED

| Data-Base / PISO | | Valor Mensal Desp. Pessoal (R\$ 1,00) | 12 meses | 2013 |
|-----------------------|---------|---------------------------------------|-------------|-------------|
| DATA-BASE MAIO | - 6,59% | 17.129.781 | 205.557.375 | 159.820.859 |
| DIF. PARA O PISO MAIO | - 0,6% | 1.688.428 | 20.237.108 | 15.734.351 |
| EQUIPARAÇÃO OUTUBRO | - 3,94% | 11.140.640 | 133.687.683 | 48.238.972 |

Fonte: GRHS - SEED

Confere com o original
SEEG/CTL em 12/01/13
Ass. 



Previsão Reajuste - Maio, Julho e Outubro de 2013

Data-Base 3,20% para Maio e 3,19% Julho - Dif. Piso 0,585% para Maio - Equiparação 3,947% para outubro

| | REF. 03/2013 | 6,49% | 0,6% | 3,94% |
|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| PROFESSORES PESSOAL | HOJE | 05/13 | 05/13 | 10/13 |
| 09 QPM | 168.068.550 | 178.965.590 | 180.039.343 | 187.132.893 |
| 10 QUP | 50.979 | 54.280 | 54.614 | 58.785 |
| 11 SC02 | 25.767.916 | 27.440.254 | 27.604.885 | 28.892.528 |
| 12 COLEGIO ESTADUAL | 1.064.183 | 1.154.540 | 1.161.473 | 1.207.235 |
| 13 PSS Professores | 33.479.532 | 35.682.354 | 35.856.268 | 37.279.399 |
| Fundo Previdenciário | 20.000.000 | 21.299.000 | 21.425.768 | 22.269.964 |
| INSS PROF. | 8.500.000 | 9.051.650 | 9.105.960 | 9.464.735 |
| TOTAL LICENÇAS ESPECIAIS | 2.000.000 | 2.129.800 | 2.142.579 | 2.225.996 |
| PROMOÇÕES E PROGRESSÕES | 5.000.000 | 5.324.500 | 5.356.447 | 5.567.491 |
| TOTAL PESSOAL | 263.941.159 | 281.070.941 | 282.757.368 | 293.895.007 |
| REAJUSTE PESSOAL | | 17.129.781 | 1.886.426 | 11.140.640 |

| | REF. 03/2013 | 6,49% | 0,6% | 3,94% |
|--------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| PROFESSORES CUSTEIO | HOJE | 05/13 | 05/13 | 10/13 |
| Aux. Transp. QPM | 23.029.851 | 24.520.228 | 24.667.350 | 25.839.243 |
| Aux. Transp. SC02 | 4.508.164 | 4.800.744 | 4.820.548 | 5.019.832 |
| Aux. Transp. PSS Professores | 9.294.581 | 9.897.778 | 9.957.185 | 10.349.477 |
| TOTAL CUSTEIO | 36.828.575 | 39.218.750 | 39.454.053 | 41.008.553 |
| REAJUSTE CUSTEIO | | 2.390.175 | 235.313 | 1.554.490 |
| TOTAL PESSOAL + CUSTEIO | 300.769.735 | 320.289.691 | 322.211.429 | 334.906.559 |
| REAJUSTE TOTAL | | 19.519.956 | 1.921.738 | 12.695.130 |

Confere com o original

SEEC/CTL, em 13/05/13

Ass.

| DATA-BASE / PISO | VALOR MENSAL DESP. PESSOAL (R\$ 1,00) |
|-------------------------|---|
| DATA-BASE MAIO - 6,59% | 17.129.781 |
| DIF. PARA O PISO - 0,6% | 1.886.426 |
| EQUIPARAÇÃO - 3,94% | 11.140.640 |

Fonte: GRHS - SEED

Obs: Com o reajuste previsto no quadro acima o comprometido com a equiparação do salário inicial do magistério ao salário inicial do Agente Profissional de Nível Superior do QPPE será alcançado em outubro com a concessão de 3,94%.



PREVISÃO DE IMPACTO NA DESPESA COM PESSOAL DA SEED

| Data-Base / PISO | | Valor Mensal Desp. Pessoal (R\$ 1,00) | 12 meses | 2013 |
|-----------------------|---------|--|-------------|-------------|
| DATA-BASE MAIO | - 6,59% | 17.129.781 | 205.557.375 | 159.820.859 |
| DIF. PARA O PISO MAIO | - 0,6% | 1.686.426 | 20.237.108 | 15.734.351 |
| EQUIPARAÇÃO OUTUBRO | - 3,94% | 11.140.640 | 133.687.683 | 48.238.972 |

Fonte: GRHS - SEED

Confere com o original
SEEG/CTL em 18/05/13
Ass.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

GRHS - GRUPO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL

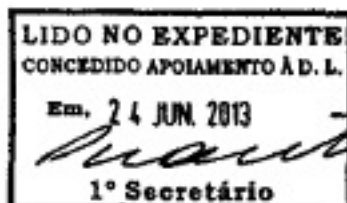


PREVISÃO DE IMPACTO NA DESPESA COM PESSOAL DA SEED

| Data-Base / PISO | | Valor Mensal Desp. Pessoal (R\$ 1,00) | 12 meses | 2013 |
|-----------------------|---------|--|-------------|-------------|
| DATA-BASE MAIO | - 6,59% | 17.129.781 | 205.557.375 | 159.820.859 |
| DIF. PARA O PISO MAIO | - 0,8% | 1.686.428 | 20.237.108 | 15.734.351 |

Fonte: GRHS - SEED

Confere com o original
SEEG/CTL, em 12/10/13
Ass. _____



MENSAGEM

Nº 064 /2013.

Curitiba, 19 de junho de 2013.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 26/06/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre o piso salarial dos Professores da Rede Estadual de Educação Básica do Estado do Paraná e sobre a equiparação do salário inicial com os Agentes Profissionais (nível superior) do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado (QPPE).

Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 11.738/2008, que regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do Magistério, e ao compromisso de equiparar o salário inicial dos Professores da Rede Estadual da Educação Básica ao dos Agentes Profissionais (Nível Superior) do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado, o GRHS/SEED elaborou estudo de impacto financeiro a fim de contemplar a adoção dessas medidas.

É sabido que o MEC divulgou, no dia 10/01/2013, o índice de reajuste de 7,97% (sete vírgula noventa e sete por cento) no Piso Nacional dos Professores, e seu valor passou a ser de R\$ 1.567,00 (mil quinhentos e sessenta e sete reais), como remuneração mínima do Professor de Nível Médio. Desta forma, o piso nacional ficou acima do salário do Nível Especial I, Classe 1, que é R\$ 1.462,92 (mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos).

Como o índice da revisão geral anual para todos os servidores do Estado foi estipulado em 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento) para o mês de maio de 2013, conforme Lei nº 17.580/2013, faz-se necessário, além da revisão de 6,49% do mês de maio, um reajuste diferenciado para os professores de 0,6% (zero vírgula seis por cento), a ser pago também retroativo ao mês de maio, equivalente ao impacto mensal de R\$ 1,6 milhão.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

AJB/Prot.12.002.890-1

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

1447 20/06/2013 08:54:36 867 655 13138 13234738 35 1313



Além disso, a presente mensagem visa conceder a última parcela de equiparação do salário inicial dos Professores da Rede Estadual da Educação Básica ao dos Agentes Profissionais (Nível Superior) do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado, no percentual de 3,94% (três vírgula noventa e quatro por cento). Referido reajuste será pago no mês de outubro de 2013, e terá um impacto na despesa com pessoal equivalente a R\$ 11,1 milhões ao mês.

Para consecução dos reajustes supracitados, submetemos à apreciação dessa Assembleia Legislativa o Anteprojeto de Lei Complementar com a respectiva Tabela de Vencimento Básico e Remuneração.

Certo de que a medida merecerá dessa Casa de Leis o necessário apoio e a consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos



LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008.

Mensagem de veto

Vide Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4167

Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica a que se refere a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

§ 1º O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional.

§ 3º Os vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado no caput deste artigo.

§ 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

§ 5º As disposições relativas ao piso salarial de que trata esta Lei serão aplicadas a todas as aposentadorias e pensões dos profissionais do magistério público da educação básica alcançadas pelo art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e pela Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

Art. 3º O valor de que trata o art. 2º desta Lei passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2008, e sua integralização, como vencimento inicial das Carreiras dos profissionais da educação básica pública, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios será feita de forma progressiva e proporcional, observado o seguinte:

I – **(VETADO)**;

II – a partir de 1º de janeiro de 2009, acréscimo de 2/3 (dois terços) da diferença entre o valor referido no art. 2º desta Lei, atualizado na forma do art. 5º desta Lei, e o vencimento inicial da Carreira vigente;

III – a integralização do valor de que trata o art. 2º desta Lei, atualizado na forma do art. 5º desta Lei, dar-se-á a partir de 1º de janeiro de 2010, com o acréscimo da diferença remanescente.



§ 1º A integralização de que trata o caput deste artigo poderá ser antecipada a qualquer tempo pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 2º Até 31 de dezembro de 2009, admitir-se-á que o piso salarial profissional nacional compreenda vantagens pecuniárias, pagas a qualquer título, nos casos em que a aplicação do disposto neste artigo resulte em valor inferior ao de que trata o art. 2º desta Lei, sendo resguardadas as vantagens daqueles que percebam valores acima do referido nesta Lei.

Art. 4º A União deverá complementar, na forma e no limite do disposto no inciso VI do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e em regulamento, a integralização de que trata o art. 3º desta Lei, nos casos em que o ente federativo, a partir da consideração dos recursos constitucionalmente vinculados à educação, não tenha disponibilidade orçamentária para cumprir o valor fixado.

§ 1º O ente federativo deverá justificar sua necessidade e incapacidade, enviando ao Ministério da Educação solicitação fundamentada, acompanhada de planilha de custos comprovando a necessidade da complementação de que trata o caput deste artigo.

§ 2º A União será responsável por cooperar tecnicamente com o ente federativo que não conseguir assegurar o pagamento do piso, de forma a assessorá-lo no planejamento e aperfeiçoamento da aplicação de seus recursos.

Art. 5º O piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica será atualizado, anualmente, no mês de janeiro, a partir do ano de 2009.

Parágrafo único. A atualização de que trata o caput deste artigo será calculada utilizando-se o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Art. 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar ou adequar seus Planos de Carreira e Remuneração do Magistério até 31 de dezembro de 2009, tendo em vista o cumprimento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, conforme disposto no parágrafo único do art. 206 da Constituição Federal.

Art. 7º **[VETADO]**

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de julho de 2008; 187ª da Independência e 120ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Nelson Machado

Fernando Haddad

Paulo Bernardo Silva

José Mácio Monteiro Filho

José Antonio Dias Toffoli

Este texto não substitui o publicado no DOU de 17.7.2008



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

I - RECEBIDO
II - PROTOCOLE-SE
III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO
PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO
IV - À DAP PARA PROVIDÊNCIAS
SALA DAS SESSÕES DATA 01 JUL 2013
PRESIDENTE

REQUERIMENTO

Vale a pena
Requer a Transformação das Sessões Plenárias de 2 de julho, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei Complementar 11/2013.

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requerem**, com fundamento no art. 107 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, de 2 de julho, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei Complementar 11/2013.

Sala das Sessões em, 1º de julho de 2013.

Deputado Ademar Traiano
Líder do Governo

Alcides (16)
GILBERTO RIBEIRO (15)
TONINHO (15)
Paranhos (2)
ARTAGÃO (14)
Adriano (11)
ELIO (8)
JUSTUS (9)
LUERSEN (12)
PERICLES (17)
Lupion (3)
WELTER (19)
Nexu
Rafael (4)
Rafael (4)
Alceu (6)
Kleise (13)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2013

Projeto de Lei Complementar nº. 11/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 064/13

Súmula: Dispõe sobre o piso salarial dos professores da rede estadual de educação básica do Estado, em virtude do reajuste do piso nacional – Lei Federal nº 11.738/2008 e equiparação do salário de ingresso de professores ao dos agentes profissionais do quadro do poder executivo.

EMENTA: REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO E EQUIPARAÇÃO DO SALÁRIO AO DOS AGENTES PROFISSIONAIS DO QUADRO DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo reajustar o piso salarial dos professores da rede estadual de educação básica do Estado do Paraná, em razão do reajuste do piso nacional, bem como equiparar seus salários ao dos agentes profissionais do quadro do Poder Executivo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade,

juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração e, bem como, funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DIRETORIA LEGISLATIVA
21
Pág. 24

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Ademais, importante observar que o Projeto de Lei Complementar traz as estimativas de impacto financeiro, portanto, dentro dos ditames da Lei Complementar nº 101/2000.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



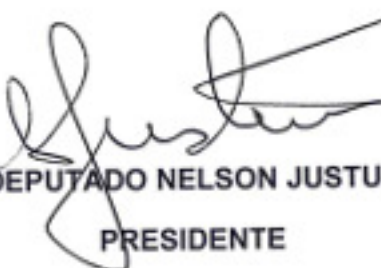
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, ^{complementar de valor remota} em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

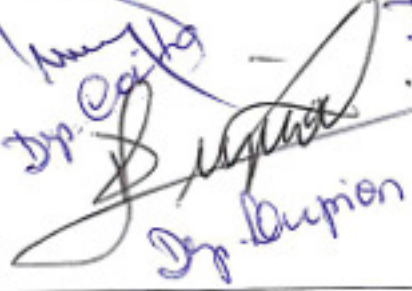
Sala das Comissões, 02 de julho 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

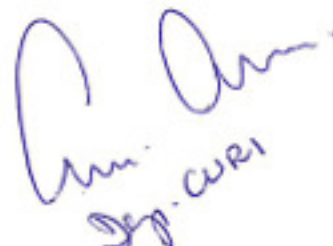

DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR


Dep. Carlos


Dep. Carlos

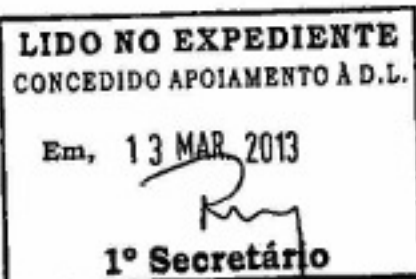

Dep. Dupion


Dep. Terenzi


Dep. Weri


Dep. Scavone


Dep. Weri



PROJETO DE LEI Nº 76/2013

SÚMULA: CRIA UMA REDE PREVIAMENTE DEFINIDA PARA O PARTO, QUE VINCULE CADA UNIDADE PRÉ-NATAL DO SUS A GARANTIA DE ACESSO AUTOMÁTICO A UMA DADA MATERNIDADE.

Art. 1º - Toda gestante no território paranaense tem garantido o acesso público ao atendimento de pré-natal e do parto, em serviços públicos e/ou contratualizados junto ao SUS para este fim;

Art. 2º - O atendimento de pré-natal pelo SUS, deverá ser realizado em Unidades Básicas de Saúde, Centros de Saúde da Mulher-Criança, Unidades de Saúde da Família, ambulatórios de obstetria de hospitais e maternidades e demais serviços similares, contratualizados junto ao SUS e definidos todos como Serviços de Assistência ao Pré-Natal do SUS;

Parágrafo 1º - Toda gestante atendida nos serviços descritos no caput deste artigo deverá, automaticamente, ficar vinculada a uma maternidade, nos termos desta lei;

Art. 3º - Todos os Serviços de Assistência ao Pré-Natal do SUS deverão estar obrigatoriamente referenciados a uma maternidade geral e/ou hospital com maternidade geral de gestação de Risco Habitual ou de Risco Intermediário, contratualizado junto ao SUS, que será a retaguarda de referência automática para o atendimento ao parto de suas gestantes em pré-natal;

Parágrafo 1º - Toda Maternidade Geral e/ou Hospital Geral com Maternidade de Risco Habitual ou de Risco Intermediário, para ser contratualizado junto ao SUS, deverá ter obrigatoriamente referenciado a si todos os Serviços de Assistência ao Pré-Natal do SUS, existentes em sua área de abrangência;

Parágrafo 2º - Toda Maternidade Geral e/ou Hospital Geral com Maternidade de Risco Habitual ou de Risco Intermediário, que não for unidade de referência a todos os Serviços de Assistência ao Pré-Natal do SUS existentes em sua área de abrangência, perderão o direito de contratualização de serviços junto ao SUS;

Parágrafo 3º - A definição de área de abrangência será feita conforme estabelecido no artigo 8º, abaixo.



Art. 4º. - Toda Maternidade Geral e/ou Hospital Geral com Maternidade de Risco Habitual ou de Risco Intermediário, para ser contratualizado junto ao SUS deverá estar, obrigatoriamente, referenciados a uma Maternidade Geral e/ou Hospital Geral com Maternidade de assistência à gestação de Alto Risco, também contratualizada junto ao SUS, que será sua retaguarda de referência automática para o atendimento ao parto das gestantes de alto risco;

Parágrafo 1º. - Toda Maternidade Geral e/ou Hospital Geral com Maternidade de Alto Risco contratualizado junto ao SUS será, obrigatoriamente, unidade de referencia para todas as Maternidades Gerais e/ou Hospitais Gerais com Maternidades de Risco Habitual ou de Risco Intermediário, contratualizados junto ao SUS e existentes em sua área de abrangência;

Parágrafo 2º. - Toda Maternidade Geral e/ou Hospital Geral com Maternidade de Alto Risco que não for unidade de referencia para todas as Maternidades Gerais e/ou Hospitais Gerais com Maternidades de Risco Habitual ou de Risco Intermediário, contratualizados junto ao SUS e existentes em sua área de abrangência, perderão o direito de contratualização de serviços junto ao SUS;

Parágrafo 3º – A definição de área de abrangência será feita conforme estabelecido no artigo 8º, abaixo.

Art. 5º. - O processo de referenciamento dos casos das Maternidades e/ou Hospitais Gerais com Maternidades de Risco Habitual ou de Risco Intermediário, contratualizados junto ao SUS para as Maternidades e/ou Hospitais Gerais com Maternidades de atendimento a Partos de Alto Risco contratualizados junto ao SUS, deverão ser regulados pelo sistema estadual de regulação de encaminhamentos;

Art. 6º. - Após a última consulta do pré-natal, os Serviços de Assistência ao Pré-Natal e ao Parto do SUS deverão encaminhar às maternidades de sua referencia, documento com súmula das informações dos atendimentos realizados para aquela gestante, que deverão constar do prontuário da mesma no momento do atendimento ao parto;

Art. 7º. - O cálculo de remuneração pelo SUS dos atendimentos demandados e referenciados nesta rede, para as Maternidades e/ou Hospitais Gerais com Maternidades tanto de Risco Habitual ou de Risco Intermediário, como de Alto Risco,



deverão ser feitos como previsão de programação, levando-se em conta os seguintes critérios:

Parágrafo 1º. - O número de habitantes das áreas de abrangência definidas para cada unidade de referência;

Parágrafo 2º. - Baseado neste número e com indicadores epidemiológicos, a programação com a previsão do número possível de gestantes totais por ano para cada área de abrangência, e a partir desta, a previsão do número de gestantes/ano de baixo risco e de alto risco;

Parágrafo 3º. - Programar valores de remuneração, a partir destes números e dos procedimentos que eles poderão gerar, tanto para baixo como para alto risco e com isso estabelecer programação de remuneração destes serviços de referência hospitalar (inclusive de suas demandas complementares, como apoio diagnóstico, leitos de UTI e similares), tendo por base, no mínimo, a tabela SUS em vigência no momento de cada programação;

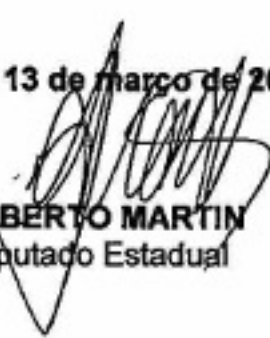
Parágrafo 4º. - Através destes parâmetros deverão ser feitos os cálculos de programação de procedimentos e de remuneração necessários, pela Secretaria Estadual de Saúde (SESA) e pelo Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS), em Câmara Técnica da Comissão Intergestora Bipartite do Paraná (CIB-PR), devendo seu resultado final ser aprovado por reunião plenária da CIB-PR e autorizado pelo Conselho Estadual de Saúde (CES-Pr.);

Art. 8º. - A definição da área de abrangência para cada maternidade de referência será feita pela Secretaria Estadual de Saúde (SESA) e pelo Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS), em Câmara Técnica da Comissão Intergestora Bipartite do Paraná (CIB-PR), devendo seu resultado final ser aprovado por reunião plenária da CIB-PR e autorizado pelo Conselho Estadual de Saúde (CES-Pr.);

Art. 9º. - Os gestores municipais e estaduais de saúde, através da Secretaria Estadual de Saúde e do Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde têm o prazo de 90 dias a partir da publicação desta lei, para regulamentá-la e executá-la.

Art. 10º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13 de março de 2013.


GILBERTO MARTIN
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A apresentação deste Projeto tem como objetivo assegurar por Lei a criação obrigatória de uma rede, previamente definida para o parto. Rede esta que deve começar com a unidade pré-natal vinculada a uma maternidade, de acordo com a classificação de risco da gestante.

Com isso daremos a garantia, por Lei estadual, às futuras mães para que possam saber desde o início onde será feito seu parto, qual a estrutura física, onde fica localizada, qual é a equipe que vai atendê-la e outras informações imprescindíveis para garantir a segurança e tranquilidade da gestante. Inclusive com a garantia de que ela possa ter o direito de fazer uma visita ou um atendimento nesta unidade hospitalar ainda durante o pré-natal, o que lhe permitirá uma familiarização com este ambiente.

Entendo que este problema – o de pré-natal com garantia de acesso previamente definida para o local do parto, inclusive quando se tratar de gestação de alto risco – é uma prioridade tanto sanitária como social, de grande importância para a tranquilidade e bem estar de nossa população, principalmente nossas gestantes e seus familiares.

Sabemos que muitos municípios conseguem resolver satisfatoriamente este problema por ter estrutura própria e redes municipais razoavelmente organizadas. Sabemos também que iniciativas concretas de programas de governo, como é o caso do Programa "Mãe Paranaense" e de seu modelo inicial, o "Mãe Curitibana", assim como tentativas anteriores como o "Nascer no Paraná, Direito à Vida", ou programas federais como o Programa "Rede Cegonha" existem e ajudam a enfrentar também este problema. Porém são programas de governo, que, como tais, estão sujeitos a todos os revezes políticos costumeiros. Aquilo que para um governante é prioridade, pode não ser prioridade para outro e assim determinadas práticas assistenciais que são fundamentais para um, passam a não ser para outro. **Por isto a necessidade de uma lei estadual que dê solução perene ao problema.**

Fazer o pré-natal, antes tão difícil, hoje já se tornou uma conquista relativamente de fácil acesso. Tanto que pelos números oficiais do sistema temos, em média, a ocorrência de cinco atendimentos por pré-natal realizado. Estima-se que pelo menos 80% das gestantes do estado do Paraná consiga regularmente ter acesso fácil ao pré-natal, em geral dependendo apenas da predisposição e a vontade destas gestantes em procurar estes serviços. Existem no Paraná mais de duas mil unidades básicas de saúde que oferecem regularmente serviços de pré-natal nos municípios, além de ambulatórios em hospitais e maternidades e outros serviços similares contratualizados junto ao SUS.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Gilberto Martin



Mas, uma vez feito o pré-natal nestas unidades, a grande maioria das futuras mães, principalmente de municípios menores que não possuam maternidades públicas em seu território, ficam relegadas à certeza de que, quando entrar em trabalho de parto, receberá o atendimento de uma ambulância ou veículo de seu município, porém, relegadas também a incerteza de não saber onde e por quem será atendida. A ambulância ou veículo do município irá fazer algumas tentativas de busca de pronto socorro de maternidades (ou hospitais gerais que tenham maternidade) para que elas sejam atendidas pelo serviço de plantão, envolvendo obstetras, enfermeiro (a)s e demais profissionais que, eventualmente, estiverem de plantão nestes serviços, mas, geralmente sem a garantia de que vai obter o atendimento.

Imaginemos nós uma situação como esta. Um dos momentos mais importantes na vida de qualquer mulher, que é o momento em que vai trazer à luz seu filho, que, ao mesmo tempo é de alegria e felicidade, mas também de temores, que vem cercado de incertezas (Vai correr tudo bem? Meu filho vai nascer saudável? Não vou ter nenhum problema com minha saúde? E etc., etc., etc.). Pior ainda é saber que este momento virá cercado pela incerteza concreta de não saber onde vai ser atendida, como vai ser atendida, como serão as pessoas que vão atendê-la e realizar o parto de seu bebê...

Portanto temos aí um grave problema que assola milhares de mães paranaenses ao longo de cada ano: elas não têm garantia prévia de onde, como e por quem serão atendidas na hora de seu parto! Até sabem muito bem onde, como e por quem é feito seu pré-natal, mas não sabem sobre seu parto. E, isto gera incertezas, insegurança, temores.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 76/2013

Projeto de Lei nº 76/2013

Autor: Deputado Gilberto Martin

Súmula: Cria uma rede previamente definida para o parto, que vincule cada unidade pré-natal dos SUS a garantia de acesso automático a uma dada maternidade.

EMENTA: CRIA REDE VINCULANTE DE UNIDADE PRÉ-NATAL A GESTANTE. GARANTIA DE ACESSO AUTOMÁTICO À MATERNIDADE PREVIAMENTE DEFINIDA. ART 24, INC XII, CF. ART 13, INC XII C.E. POSSIBILIDADE DE REGULAMENTAÇÃO.

PARECER DA SECRETARIA DE SAÚDE FAVORÁVEL NA FORMA DE SUBSTITUTIVO GERAL. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL.

PREÂMBULO

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Gilberto Marin, visa criar uma rede previamente definida para o parto, onde a gestante, ao ser atendida por determinada unidade pré-natal já fica previamente vinculada à uma maternidade, a fim de garantir seu acesso automático no momento do parto.

FUNDAMENTAÇÃO

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade e técnica legislativa dos projetos de lei apresentados:

Art. 33—A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ressalta-se que o nobre parlamentar possui a prerrogativa de iniciativa do projeto de lei conforme estabelecido pelo art. 65 da Constituição



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



do Estado do Paraná e, bem como, pelo art. 124 do Regimento Interno desta casa respectivamente:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ademais, o Estado detém competência plena para legislar sobre o assunto, conforme preceitua o artigo 24, § 3º, da Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

A Constituição Estadual do Paraná em perfeita consonância com a Constituição Federal vem, em seu artigo 13, enunciar que:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Verifica-se que o projeto atribui competência tanto à Secretaria de Saúde quanto ao Conselho estadual de Secretários Municipais de Saúde, conforme disposição do artigo 9º do Projeto de Lei em exame, ultrapassando os limites sugeridos pelo Princípio da Separação de Poderes, intervindo na atuação do Poder Executivo ao determinar prazos de regulamentação execução da Lei, Projeto de Lei ainda em exame.

Em consulta perante a Superintendência de Atenção à Saúde, verificou-se que de fato os dispositivos 5º ao 9º do presente projeto viciavam o mesmo.

Dessa forma, fez-se necessária a apresentação do **Substitutivo Geral**, que acabou por sanar os vícios de iniciativa presentes no projeto, suprimindo os artigos 5º ao 8º e alterando a redação do artigo 9º do mesmo, a fim de lhe conferir possibilidade constitucional e legal, não gerando qualquer tipo de atribuição à secretaria de saúde, apenas conferindo diretriz para regulamentação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



A fim de corroborar tal informação, importante observar o artigo 1º do anexo ao decreto, o qual estabelece as atribuições da **Secretaria Estadual de Saúde**, que segue:

Art. 1º. A Secretaria de Estado da Saúde - SESA, nos termos da Lei nº. 8.485, de 03 de Junho de 1987, constitui órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza substantiva, responsável pela formulação da política estadual de saúde, em concordância com a política nacional e os planos de desenvolvimento econômico e social do Estado, bem como pela programação, orientação normativa, condução, coordenação, execução e controle de seu cumprimento por parte das instituições públicas e privadas.

Na mesma esteira, verificamos no artigo 2º do mesmo anexo qual é a função da SESA, vejamos:

Art. 2º. O campo de atuação da Secretaria abrange atividades relacionadas com as funções de melhoria e proteção do padrão de saúde da população; o oferecimento de serviços de saúde na área ambulatorial, hospitalar, de auxílio diagnóstico e terapêutico; e a defesa sanitária da população, inclusive contra calamidades. (Grifos nossos).

Ademais, a competência para a melhoria das pessoas com problemas de saúde, está estabelecido no inciso XXIV, do artigo 3º do anexo ao Decreto 2270/1987, senão vejamos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 3º. - Para o cumprimento do disposto nos artigos anteriores, a Secretaria de Estado da Saúde deverá desenvolver atividades relacionadas com:

XXIV. O desenvolvimento de outras funções que, direta ou indiretamente, contribuam para a melhoria da saúde da população do Estado.

Dessa forma, vislumbra-se, portanto, que o projeto de lei apresentado pelo nobre legislador estadual encontrava-se revestido de vício de iniciativa por adentrar em competência exclusiva da esfera Executiva, contudo, com as adequações feitas na forma da **emenda substitutiva geral**, tais vícios foram devidamente sanados, razão pela qual o presente projeto é constitucional.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistente óbice ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL**, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Sala das Comissões, 14 de maio de 2013.

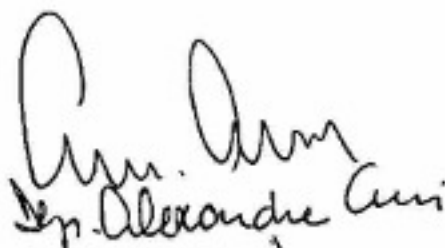

DEPUTADO NELSON JUSTUS

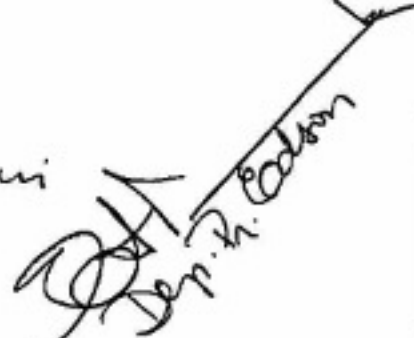
Presidente


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

Relator

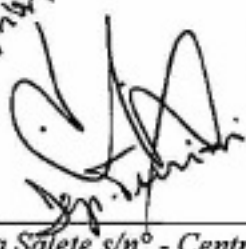

Dep. Carlos Quinteiro


Dep. Alexandre Curi


Dep. R. Edson


Dep. Gilberto Martins


Dep. Laurindo


Dep. Tadeu

ARROVADO

14.05.13


Dep. Walter



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 76/2013

De acordo com o que determina o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica alterado o Projeto de Lei nº 76/2013 passando a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º - A toda gestante do território paranaense deve ter garantido o acesso e a atenção à saúde no pré-natal, parto e puerpério, na Rede Materna Infantil do SUS;

Art. 2º. – O atendimento de pré-natal no SUS deverá ser realizado nas Unidades de Atenção Primária à Saúde, nas Unidades de Saúde da Família, nos Ambulatórios Especializados de maternidades, hospitais, consórcios ou de outros equipamentos de saúde, conforme estratificação de risco realizada na Atenção Primária;

Parágrafo único - Toda gestante atendida no pré-natal da rede SUS deve, obrigatoriamente, ser vinculada a um Hospital para realização da parto, conforme estratificação de risco;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 3º. - Os serviços de saúde de média e alta complexidade (hospitais gerais e maternidades), credenciados e/ou contratualizados para realização do parto no SUS, devem garantir a vinculação do parto para as gestantes usuárias do Sistema Único de Saúde, em concordância com os fluxos de vinculação/estratificação de risco da Rede Materno Infantil.

Parágrafo único - Os hospitais e maternidades contratualizados para realização de parto, de gestantes atendidas no SUS, devem estar enquadrados na tipologia do Risco Habitual ou Risco Intermediário ou Alto Risco, definida pela Área Técnica da Secretaria de Estado da Saúde, pactuada na Comissão Intergestores Bipartite;

Art. 4º. - A retaguarda dos hospitais e maternidades de Risco Habitual ou Risco Intermediário deverá ser garantido pelos serviços de saúde de Alto Risco, da abrangência territorial definida e pactuada nas Comissões Intergestores Bipartites Regionais;

Art. 5º. - A Secretaria de Estado da Saúde em 90 dias a partir da publicação desta Lei, por meio de resolução, regulamentará critérios que atendam ao objeto da presente lei, visando à universalidade e a integralidade do atendimento à gestante.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 6º. – Esta Lei entrará em vigor na data na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, 14 de maio de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

Presidente

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

Relator

Dep. Paulo
Dep. Carlos
Dep. Roberto
Dep. Martin

Dep. Ruineiro

Dep. Depion

Dep. Juliano

Dep. Walter

Dep. Nilton
Dep. N. Edson

APROVADO

14.05.13



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 076/2013

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Gilberto Martin, cria uma rede previamente definida para o parto, que vincule cada unidade pré-natal do SUS a garantia de acesso automático a uma dada maternidade

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo de instituir a garantia, por Lei Estadual, às futuras mães para que possam saber desde o início onde será feito seu parto, qual a estrutura física, onde fica localizada, qual é a equipe que vai atendê-la e outras informações imprescindíveis para garantir a segurança e tranquilidade da gestante.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 2013.

DR. BATISTA
Presidente

Relator

Roberto Eason



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 76/2013

Autoria: DEPUTADO GILBERTO MARTIN

Ao analisar o presente Projeto de Lei 76/2013, fui levada à principal disposição do caput deste art. 5º é o Princípio da Igualdade Formal, ou Princípio da Isonomia, segundo o qual "todos são iguais perante a Lei". Ele não significa que todas as pessoas terão tratamento igual perante as leis brasileiras, mas que terão tratamento diferenciado na medida das suas diferenças, o que leva à conclusão com Celso Bastos, de que o verdadeiro conteúdo do princípio é o direito da pessoa de não ser desigualada pela lei.

O que a Constituição exige é que as diferenças impostas sejam justificáveis pelos objetivos que se pretende atingir pela lei. Assim, por exemplo, diferenciar homem e mulher num serviço público será, em geral, inconstitucional, a não ser que o cargo seja de atendente ou carcereira de uma penitenciária feminina (por exemplo) quando então a vedação da inscrição de candidatos masculinos se justifica.

Por outro lado, um dos incisos da CF, o inciso II, do artigo 5º diz "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei"; este é o Princípio da Legalidade.

Este princípio afirma que apenas uma Lei regularmente aprovada pelo Poder Legislativo, e sancionada pelo Poder Executivo é capaz de criar instrumento a obrigação ou não de fazer alguma coisa.

Assim esse Projeto de Lei nº 76/2013, de autoria do nobre Deputado Gilberto Martin, "cria uma rede previamente definida para o parto, que vincule cada unidade pré-natal do SUS à garantia de acesso automático a uma dada maternidade".

De princípio o relator designado da CCJ, nobre deputado Fernando Scanavaca, havia considerado o projeto inconstitucional, porém, diante de

um substitutivo da própria Comissão de Constituição e Justiça, readaptou o projeto às normas especificadas pela Secretaria de Estado da Saúde e o Projeto foi aprovado no seu aspecto de constitucionalidade.

As bases da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Organização das Nações Unidas – ONU, editada em 1948, traz um conjunto indissociável e interdependente de direitos individuais e coletivos, defendendo a igualdade e a dignidade das pessoas e reconhecendo que os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser aplicados a cada pessoa independente de raça, sexo, orientação sexual, nacionalidade, cultura ou posição social.

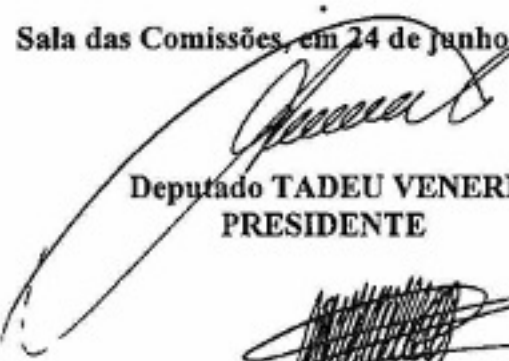
O Projeto do Deputado Gilberto Martin, prevê a criação obrigatória de uma rede pré-natal vinculada a uma maternidade de acordo com a classificação de risco da gestante, para garantir à futura mamãe que possa saber desde o início do seu tratamento onde será feito o seu parto, que hospital é onde fica esse hospital e qual será a equipe médica que vai atendê-la para garantir tranquilidade e segurança durante todo o tratamento pré-natal e no momento do parto, e, ainda, que essa Maternidade (Hospital) deverá possuir a sua credencial junto ao Sistema Único de Saúde – SUS.




Desta forma, somos de PARECER FAVORÁVEL à que o Projeto de Lei nº 76/2013, de autoria do nobre Deputado Gilberto Martin, tenha o seu trâmite normal e venha a ser aprovado.


É O PARECER

Sala das Comissões, em 24 de junho de 2013.


Deputado TADEU VENERI
PRESIDENTE


Deputada CANTORA MARA LIMA
Relatora


NEY LEPREVOST


Sen. Aurion



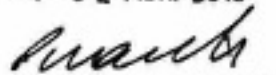
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PROJETO DE LEI Nº 10612013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 02 ABR. 2013


1º Secretário

Súmula: Declara de Utilidade
Pública a SOCIEDADE
PSICANALÍTICA DO PARANÁ,
com sede e foro no Município de
Cornélio Procopio.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE
PSICANALÍTICA DO PARANÁ, com sede e foro no Município de Cornélio
Procópio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 01 de abril de 2013.


TERCÍLIO TURINI
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei pretende declarar de Utilidade Pública a Sociedade Psicanalítica do Paraná, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio.

A Sociedade Psicanalítica do Paraná foi fundada em 06 de agosto de 2009 e trata-se de uma Associação sem fins lucrativos.

Dentre as prerrogativas da sociedade dispostas no Estatuto está a promoção do estudo e desenvolvimento e aplicação da psicanálise, dentro do modelo adotado pelo universo psicanalítico.

No dia 03 de novembro de 2011, receberam a declaração de utilidade pública municipal.

A Sociedade vem realizando um importante trabalho oferecendo uma rede de ajuda no processo de recuperação de adictos, resgatando a cidadania, buscando encontrar novas possibilidades de reabilitação psicológica e de reinserção social. Dentre de seus objetivos estão o de criar, manter, apoiar, e desenvolver projetos e programas sociais de prevenção, tratamento e de reintegração na sociedade de pessoas com dependência de substâncias psicoativas, além de filiar psicanalistas formados através de cursos e manter a formação continuada através de cartéis, Congressos Psicanalíticos e Artigos Científicos.

Cabe salientar, que seguem em anexo toda documentação necessária para a concessão do título de utilidade pública à referida sociedade.

Diante do exposto e devido a importância da presente proposta, pedimos o devido apoio e a sua consequente aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 106/2013

Projeto de Lei nº. 106/2013
Autora: Deputado Tercílio Turini

Súmula: Declara de Utilidade Pública a
SOCIEDADE PSICANALÍTICA DO PARANÁ,
com sede e foro no Município de Comélio
Procópio.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Tercílio Turini, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **SOCIEDADE PSICANALÍTICA DO PARANÁ**, com sede e foro no Município de Comélio Procópio, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre;

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



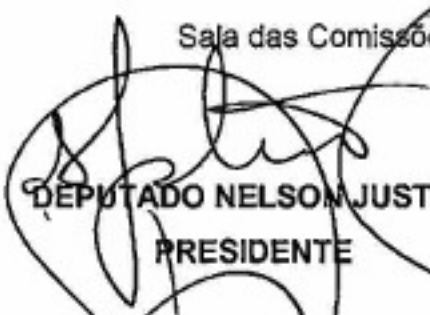
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.


Sala das Comissões, em 28 de Maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

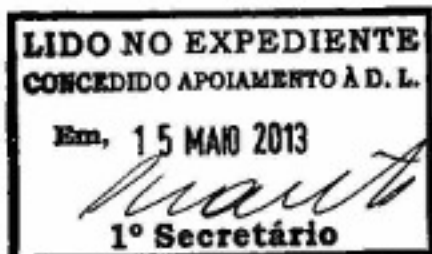



APROVADO

28/05/13 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Alceu Maron Filho



PROJETO DE LEI Nº 192.12013

Concede o título de Cidadão
Honorário do Estado à Dom
Alfredo Ernest Novak, CSsR,
Bispo Emérito de Paranaguá.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do
Paraná à Dom Alfredo Ernest Novak, CSsR, Bispo Emérito de Paranaguá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 08 de maio de 2013.


ALCEU MARON FILHO
DEPUTADO ESTADUAL

1414 / 12/08/2013 08:00:33.000 12/08/2013 08:00:33.000 12/08/2013 08:00:33.000

REC 014/00



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Alceu Maron Filho



JUSTIFICATIVA

Dom Alfredo Ernest Novak, CSsR

Nascido em Dwight, Nebraska, EUA, em 2 de junho de 1930, é graduado em Filosofia e Teologia pela Oconomowoc High School, Wisconsin/USA.

Dom Alfredo foi ordenado presbítero em 02 de julho de 1956 pela Congregação do Santíssimo Redentor, os Redentoristas. Foi Missionário no Amazonas (1958-1968); Assessor do Setor de MCS e Secretário Executivo da Campanha da Fraternidade da CNBB (1968-1979). Em abril de 1979 ascende ao episcopado, sendo ordenado pelo Papa João Paulo II e nomeado Bispo Auxiliar da Região Episcopal da Lapa, São Paulo.

Em 15 de março de 1989 foi nomeado Bispo de Paranaguá – Paraná, tornando-se o 2º. Bispo da Diocese de Paranaguá que é composta por 13 municípios, sendo eles Paranaguá, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Campina Grande do Sul, Adrianópolis, Antonina, Pontal do Paraná e Tunas do Paraná.

No exercício do Bispado de Paranaguá Dom Alfredo que o ativou pelo período de dezessete anos, afora sua participação desenvolta no espargimento de religiosidade entre os povos dos municípios de sua circunscrição, revelou-se um grande comunicador social, ajudando em muito, principalmente os jovens, descortinando seus frutos e despertando entre os paranaenses o sentimento de amor ao próximo, independente do credo específico, sempre concitando a todos a necessidade do apego e respeito ao semelhante, através da fraternidade entre os seres, ressaltando o espírito humanitário que cada cidadão hei de nutrir.

Dom Alfredo foi, sobretudo, o grande apóstolo do povo paranaense na revitalização da Padroeira do Paraná, a Nossa Senhora do Rocio.

Ele introduziu a ideia positiva e de sucesso ao levar a imagem peregrina da nossa padroeira a todas as demais dioceses paranaenses o que equivale a todo o estado do Paraná, tornando-a, a adorada e venerada rainha paranaense, finalmente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Alceu Maron Filho



conhecida e reconhecida e, sobretudo, intensamente devotada, passando, indubitavelmente, a ser merecida e justa referência religiosa, espalhando seus milagres, com real fervoridade.

Também, conseguiu Dom Alfredo com sua peregrinação concitar e incentivar a ida de romeiros ao Santuário do Rocio, a guisa de manter vivo o pendor religioso de cada qual, conseguindo, nos dias 15 de Novembro de todos os anos, dia dos festejos da Padroeira do Paraná, Nossa Senhora Fo Rocio, acolher dezenas de milhares de romeiros que se deslocam, via de regra, de todos os cantos do Paraná e mesmo do Brasil para reverenciar a nossa Santa milagrosa.

É de se resaltar que Dom Alfredo Ernest Novak, ao deixar em 2006 o Bispado das treze comunas, pela sua avançada idade, após dezessete anos de dedicação ímpar às causas religiosas e sociais, foi perpetuado com a honraria de Bispo Emérito de Paranaguá, com abrangência e reconhecimento em toda região do bispado.

Nunca será demasiado mencionar aqui, a verdadeira adoração que o povo religioso deleita ao Bispo Dom Alfredo, pois, mesmo não sendo ele mais o condutor das 13 comunas paranaenses, as vezes, ainda, quando se faz presente ao púlpito das igrejas da diocese e quando, eventualmente, participa com sua presença às missas, vem recebendo aplausos indescritíveis, emotivos e ímpares de todos, tal o reconhecimento pelo seu afetuoso e abnegado trabalho em favor de seus semelhantes, ao longo dos anos.

Esta é a vida do sacerdote americano que ao evangelizar no Brasil, tornou-se um verdadeiro filho respeitado e aplaudido deste país. Enfim, um verdadeiro brasileiro propriamente dito, pois seu amor a nossa terra, aqui continua a residir, até o chamamento divino.

Assim estes são os motivos que nos levam a homenageá-lo como Cidadão Honorário do Paraná por ser esta manifestação cívica, o reconhecimento pela existência de um ser humano, bondoso, caridoso e amante de seus semelhantes e que muito contribuiu, com a sua persistente ação, para o avantajamento social e religioso das comunidades paranaenses em que por dezessete longos anos pastoreou.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Alceu Maron Filho

Acreditamos que assim procedendo, com esta homenagem, estamos traduzindo o desejo e a satisfação de grande parcela da população paranaense que tem e sempre terá, em suas mentes e em seus corações a figura inovidável de um sacerdote que somente proporcionou à outrens o bem nesta vida terrena.



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA em relação ao Projeto de Lei nº 192/2013, de autoria do Deputado Alceu Maron Filho, que CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO À DOM ALFREDO ERNEST NOVAK, CCSR, BISPO EMÉRITO DE PARANAGUÁ

RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 192/2013, de autoria do Deputado ALCEU MARON FILHO tem o objetivo de conceder o título de cidadão honorário do Estado à dom Alfredo Ernest Novak, CCSR, Bispo Emérito de Paranaguá.

Inclusa a proposta, em sua justificativa, o autor traz o currículo completo do homenageado, bem como acostou certidão Negativa (fls.06); o controle interno de títulos de cidadão honorário e benemérito (fls. 08).

Na sequência o PL foi encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais.

VOTO

Inicialmente, convém mencionar o artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno, considerando a competência desta



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION .



Comissão para verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada.¹

Conforme disposto n Lei n. 13.115/2001, alterada pelas Leis n. 14.677/2005 e 16.213/2009:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



Conforme se denota o Projeto de Lei preenche os requisitos estabelecidos em Lei, e ainda se encontra as respectivas certidões.

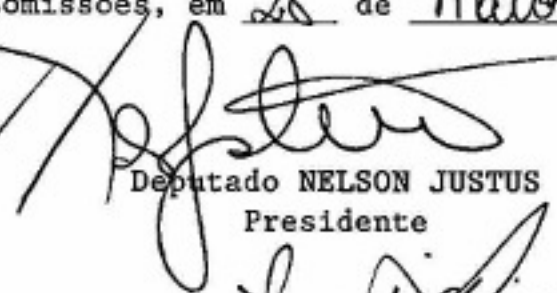
Ainda, conforme informação prestada pela liderança, ofício anexo, o partido ainda possui quotas para a concessão do referido título de cidadão honorário.

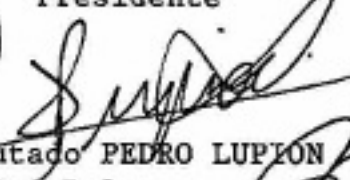
Desta forma, preenchidos os requisitos legais, não há qualquer óbice para a normal tramitação do projeto de Lei em análise.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, uma vez preenchido os requisitos legais, opina-se pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 192/2013, de autoria do deputado ALECEU MARON FILHO, por preencher os requisitos legais.

Sala das Comissões, em 28 de Maio de 2013.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator

APROVADO

28/05/13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 04 JUN. 2013
Kury
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 228/13

Súmula: Estabelece "Nossa Senhora das Águas" como Padroeira do Rio Ivaí, com data comemorativa no último domingo do mês de agosto.

Art. 1º Fica estabelecida "Nossa Senhora das Águas" como Padroeira do Rio Ivaí, com data comemorativa no último domingo do mês de agosto.

Parágrafo único: A comemoração passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de junho de 2013.

DR. BATISTA
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa, estabelecer "Nossa Senhora das Águas" como Padroeira do Rio Ivaí, com data comemorativa no ultimo domingo do mês de agosto e comemoração passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Há 10 anos temos celebrado – com muito afluxo de fiéis – a devoção a "Nossa Senhora das Águas", como uma belíssima procissão fluvial, às margens do Rio Ivaí. Tal devoção tem se tornado em momento de grande importância para religiosidade popular dos católicos de nossa região.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 228/2013

Projeto de Lei nº. 228/2013

Autor: Deputado Dr. Batista

Súmula: Estabelece "Nossa Senhora das Águas" como Padroeira do Rio Ivaí, com data comemorativa no último domingo do mês de agosto.

EMENTA: PARECER. ESTABELECE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A NOSSA SENHORA DAS ÁGUAS COMO PADROEIRA DO RIO IVAÍ. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Dr. Batista, tem por finalidade estabelecer no Calendário Oficial de Eventos do Estado a Nossa Senhora das Águas como padroeira do Rio Ivaí, com data comemorativa no último domingo do mês de agosto, na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora
preposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e
integrada com a União, Municípios e a
sociedade, tem o dever de assegurar os
direitos relativos à saúde, à alimentação, à
educação, ao lazer, à profissionalização, à
capacitação para o trabalho, à cultura e
de cuidar da proteção especial da família,
da mulher, da criança, do adolescente, do
idoso e do índio.

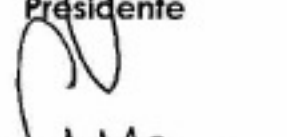
Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao
disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, em sede de parecer, opina-se pela
APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 18 de Junho de 2013.


NEILSON JUSTUS
Presidente


ALEXANDRE CURI
Relator

APROVADO

18/06/13



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 13/13

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 18 JUN. 2013

1º Secretário

SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de abril de 2013. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

ART. 1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de abril de 2013.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 04 de junho de 2013.

Alexandre Curi

DEPUTADO DÚLIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI NETO
Relator

QUINTELO

PEDRO LUPION



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kfury



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

Justificativa

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº. 003/2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 003/2009.

Formaliza-se a prestação de contas com o presente Projeto de Resolução, devendo o mesmo ser apreciado e aprovado pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 033/2012/CTC

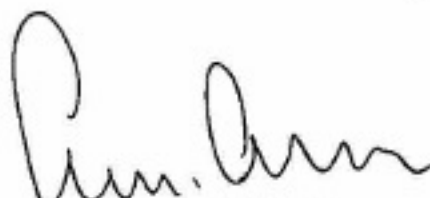
Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº. 033/2013/CTC, prestando contas das despesas dos Senhores Deputados previstas na Resolução 003/2004 com as modificações contidas na Resolução 003/2009, referentes ao mês de abril de 2013.


De acordo com a análise procedida no relatório do movimento para atender despesas constantes da Proposição em tela, entendo que a mesma encontra-se de acordo com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto a exatidão das contas prestadas, deliberando pelo Parecer – Favorável – Aprovado.

Pelo acima exposto, esta Relatoria decide, pela aprovação da presente Proposição.

É o PARECER – FAVORAVEL – APROVADO.


Sala das Comissões em, 04 de junho de 2013

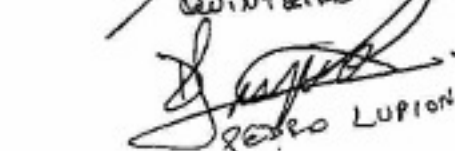

ALEXANDRE CURTI


DEPUTADO BÚCIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas


DEPUTADO ANTONIO ANIBELLINETO
Relator


PAULO ROBERTO


QUINTEIRO


ROBERTO LUPION